



Manuel Joaquim de Sousa Pereira

**A HETEROGENEIDADE NA ADULTEZ EMERGENTE NA SUA  
RELAÇÃO COM OS PAIS: ESTUDO COMPARATIVO DE  
MILITARES E CIVIS E TRABALHADORES E ESTUDANTES**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**

2012



**Universidade do Porto**

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A HETEROGENEIDADE NA ADULTEZ EMERGENTE NA SUA  
RELAÇÃO COM OS PAIS:** Estudo comparativo de militares e civis e  
trabalhadores e estudantes

Manuel Joaquim de Sousa Pereira

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Psicologia na área de especialização em Intervenção Psicológica, Educação e Desenvolvimento Humano.

Orientação Científica da Professora Doutora Susana Maria Gonçalves Coimbra, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

julho, 2012

## **Resumo**

As alterações económicas e sociais, observadas sobretudo nos países ocidentais nas últimas décadas, têm-se traduzido num conjunto de alterações estruturais que parecem adiar ou mesmo transformar a forma como é feita a transição para a vida adulta. Estas alterações parecem justificar que se fale de uma nova faixa etária: a adultez emergente. Como forma de contornar as dificuldades na inserção e manutenção num mercado de trabalho cada vez mais fechado e competitivo, muitos adultos emergentes (A.E.) optam por percursos escolares cada vez mais longos. No entanto, seguir os estudos não é a única opção. De facto, os A.E. podem optar por uma multiplicidade de percursos, o que faz com que este período de vida seja particularmente heterogéneo. Parece ser importante observar o modo como esses diferentes percursos podem ter impacto nos níveis de independência e nos padrões relacionais que são estabelecidos com os pais. Os estudos realizados têm privilegiado os A.E. que seguem o percurso universitário.

No presente estudo, e não colocando de parte os A.E. que frequentam o ensino superior, procurou-se compreender como este período de vida é vivenciado em dois contextos distintos: civil e militar e por A.E. com diferentes ocupações: estudantes, trabalhadores-estudantes e trabalhadores.

Para isso, recorreu-se a uma amostra composta por 323 sujeitos entre os 18 e os 30 anos. Em relação ao contexto 112 são militares e 211 civis, no que concerne à ocupação 108 são estudantes, 102 trabalhadores-estudantes e 113 trabalhadores. Para a recolha de dados utilizaram-se os seguintes instrumentos: a) Inventário de Rede de Relacionamentos; b) Inventário de Separação Psicológica; c) Escala de Maturidade Filial; d) Escala de Inter-relação Multigeracional; e) Índice de Resolução de Identidade Adulta; f) Questionário Sociodemográfico. Apesar dos resultados não poderem ser analisados à margem das variáveis demográficas, sugerem que o contexto militar e o envolvimento numa profissão determina um maior nível de autonomia, individuação e uma relação mais positiva com os progenitores. Contudo, nem o contexto, nem a ocupação são importantes preditores da resolução da identidade adulta ou da maturidade filial. Os resultados indicam ainda que a maturidade filial é a principal preditora para a resolução de identidade adulta, sendo esta maturidade essencialmente predita pela independência funcional em relação à mãe.

Palavras-chave: Adultez emergente, militares, civis, estudantes, trabalhadores.

## **Abstract**

In the last decades, the economic and social changes observed in the western countries have been translated in a ensemble of structural changes that seem to postpone or transform the shape of how the transition into adulthood is made. These changes seem to justify that we approach a new age group: the emerging adulthood. As a way to get round the difficulties in the insertion and maintenance in labour market even more closed and competitive, lots of emerging adults (E.A.) choose longer scholar paths.

However, going on studying isn't the only option. Indeed, the E.A. may choose a variety of routes, making this period of life particularly heterogeneous. It seems to be important to observe the way these different routes may have an impact in the levels of independence and in the relational patterns that are established with parents. The studies made have been privileged the E.A. that follow an university route. In the present study, and not putting aside the E.A. that are in the higher education, we tried to understand how this period of life is lived in two different contexts: civil and military and by E.A. with different occupations: students, working students and workers.

For that, we have recurred to a sample composed by 323 subjects with ages between 18 and 30. In relation to the context, 112 are military and 211 are civilians. In what regards the occupation, 108 are students, 102 are working students and 113 are workers. For the gathering of data the following tools were used: a) The Network of Relationships Inventory; b) Psychological Separation Inventory; c) Filial Maturity Scale; d) Multigenerational Interconnectedness Scale; e) Identity Stage Resolution Index; f) Sociodemographic Questionary. Despite not being able to be analysed aside the demographic variables, the results suggest that the military context and the involvement in a job determines a higher level of autonomy, individuation and a more positive relation with the parents. However, not even the context, nor the occupation are important predictors of the resolution of the adult identity or filial maturity. The results also indicate that the filial maturity is the main predictor for the resolution of adult identity, being this maturity essentially predicted by the functional independence towards the mother.

**Keywords:** emerging adulthood, militar, civilians, studants, workers

## Résumé

Dans les dernières décennies les altérations économiques et sociales, observées surtout aux pays occidentaux, se traduisent dans un ensemble d'altérations structurelles qui paraissent ajourner ou même transformer la manière comme est faite la transition à la vie adulte. Ces altérations paraissent justifier qu'on parle sur une nouvelle tranche d'âge : l'émergence de l'âge adulte. De façon à contourner les difficultés dans l'insertion et manutention dans un marché de travail de plus en plus fermé et compétitif, plusieurs adultes émergents (A.E.) optent par routes scolaires plus longues.

Cependant, continuer les études n'est pas la seule option. Les A.E. peuvent même opter par une multiplicité de routes, ce qui fait que cette période de vie est particulièrement hétérogène. Il paraît d'être important d'observer la manière comme ces différentes routes peuvent avoir impact aux niveaux d'indépendance et aux patrons relationnelles qui sont établis avec les parents. Les études réalisées ont privilégié les A.E. qui suivent le parcours universitaire. Dans la présente étude, et en ne excluant pas les A.E. qui fréquentent l'enseignement supérieur, on a essayé de comprendre comment cette période de la vie est vécue en deux contextes différents : civil et militaire et par A.E. avec différentes occupations : étudiants, étudiants travailleurs et travailleurs.

Pour faire cela, on a utilisé un échantillon composé par 323 individus avec âges parmi les 18 et 30 ans. En relation au contexte, 112 sont militaires et 211 sont civils, en ce qui concerne à l'occupation, 108 sont étudiants, 102 sont étudiants travailleurs et 113 sont travailleurs. Pour la collecte de données on a utilisé les instruments suivants: a) Inventaire du Riveau Social; b) Inventaire de la Séparation Psychologique; c) Échelle de Maturité Filiale; d) Échelle de Interrelation Multigénérationnel; e) Index de Résolution d'Identité Adulte; f) Questionnaire Socio-démographique. Nonobstant les résultats ne puissent pas être analysés en ne regardant pas les variables démographiques, ils suggèrent que le contexte militaire et l'implication dans une profession détermine un majeur niveau d'autonomie, individuation et une relation plus positive avec les parents. Toutefois, ni le contexte, ni l'occupation sont des prédictors importants de la résolution de l'identité adulte ou de la maturité filiale. Les résultats indiquent encore que la maturité filiale est la principale prédictive pour la résolution de l'identité adulte, étant cette maturité essentiellement prédite par l'indépendance fonctionnelle en rapport à la mère.

Mots Clés : Adulte émergent, militaires, civils, étudiants, travailleurs

## **Agradecimentos**

Agradeço à Prof. Doutora Susana Coimbra pelo desafio e confiança transmitida. Obrigado pela completa disponibilidade, pelo apoio e orientações, que responderam inteiramente às necessidades sentidas.

Agradeço à Dra. Marina Mendonça pela disponibilidade em me ceder parte da amostra e pelos conselhos acerca dos instrumentos de análise utilizados.

Às chefias militares que me permitiram realizar este estudo. Muito obrigado a todos os militares que se disponibilizaram a participar, em especial aos militares da Escola Prática de Transmissões e do Regimento de Artilharia nº 5.

Ao Daniel Braz e Fernando Gonçalves, bibliotecários da F.P.C.E.U.P. pelo auxílio na pesquisa bibliográfica, obrigado pelo vosso profissionalismo.

À minha família, e ao Daniel.

A todos os que estiveram ao meu lado durante este percurso.

A todos expresso a minha gratidão.

## **Abreviaturas**

A.E. – Adulto(s) emergente(s)

AIRS – Adult Identity Resolution Scale

EUA – Estados Unidos da América

F.A – Forças Armadas

N.S.E – Nível socioeconómico

PSI – Psychological Separation Inventory

SIRS – Societal Identity Resolution Scale



## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo I - Enquadramento teórico.....</b>	<b>5</b>
1.A transição para a vida adulta: caraterização da adultez emergente .....	6
2.Heterogeneidade de adultos emergentes: diferenças demográficas, a população militar e trabalhadora.....	9
2.1 Diferenças de nível socioeconómico e outras diferenças demográficas na transição para a vida adulta .....	10
2.2 Contexto militar: caraterização demográfica das Forças Armadas, benefícios e exigências e oportunidades na transição para a vida adulta .....	12
3. A conciliação do papel de trabalhador e estudante na transição para a vida adulta .....	17
4. O adulto emergente e a relação com a família de origem: individuação, maturidade e independência .....	20
4.1. Individuação e maturidade.....	21
4.2 A (in)dependência económica e residencial .....	23
<b>Capítulo II - Estudo empírico.....</b>	<b>26</b>
1. Objetivos, variáveis e hipóteses de estudo .....	27
1.1. Objetivos.....	27
1.2.Variáveis.....	27
1.3 Hipóteses .....	27
2. Método.....	29
2.1 Participantes .....	29
2.2. Instrumentos .....	31
2.2.1.Network of Relationships Inventory/Inventário de Rede de Relacionamentos.....	31
2.2.2. Phychological Separation Inventory/Inventário de Separação Psicológica ....	32
2.2.3. Filial Maturity Scale /Escala de Maturidade Filial.....	33
2.2.4. Multigenerational Interconnectedness Scale/Escala de Inter-Relação Multigeracional.....	34
2.3.5. Identity Stage Resolution Index/Índice de Resolução de Identidade Adulta ..	34
2.3.6. Questionário sociodemográfico .....	35
3. Procedimento de recolha de dados .....	36

<b>Capítulo III – Resultados .....</b>	<b>37</b>
1. Resultados e tratamento de dados.....	38
1.1. Diferenças em função do contexto (civil, militar).....	38
1.2. Diferenças em função da ocupação (estudante, trabalhador e trabalhador- estudante).....	41
1.3. Resultados complementares .....	44
1.3.1. Diferenças em função do género .....	44
1.3.2. Diferenças em função da idade.....	45
1.3.3. Diferenças em função das habilitações dos adultos emergentes. ....	46
1.3.4. Diferenças em função do nível socioeconómico .....	47
1.4. Análise de regressão para o índice de resolução de identidade adulta e maturidade filial.....	47
<b>Capítulo IV- Discussão e conclusão .....</b>	<b>49</b>
1. Discussão dos resultados .....	50
2. Considerações finais .....	54
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>56</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>..60</b>

## Introdução

Em Portugal, como na generalidade das sociedades ocidentais, os processos de transição para a vida adulta têm sido um alvo de estudo essencialmente da sociologia. Um estudo pioneiro sobre o processo de transição para a vida adulta na nova geração foi realizado por José Pais (1991, 1993; *cit. in* Guerreiro & Abrantes, 2007) ao procurar compreender a forma como os jovens encaram o futuro e a articulação das suas vidas familiar e profissional enquanto adultos. Contudo, esta é uma área que suscita cada vez mais interesse também do ponto de vista psicológico.

No decorrer das últimas décadas, tem-se verificado um conjunto de alterações sociais que influenciam a forma como a transição para a idade adulta é realizada na geração atual (Andrade, 2010). As alterações económicas, em particular no mercado de trabalho, têm implicações nas decisões dos jovens em relação a investimentos a realizar na educação ou na constituição de família.

O aumento exponencial de alunos a matricularem-se pela 1ª vez no ensino superior, 81,083 em 1996 para 131,508 em 2011 (Portal Pordata, 2012a), como resposta à volatilidade e incerteza no mundo do trabalho com as consequentes dificuldades em encontrar um emprego estável e duradouro, tem sido identificado como o principal fator responsável pelo atraso na assunção das responsabilidades laborais e familiares. Em Portugal, de acordo com o mesmo Portal (2012b), constata-se que a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho situava-se nos 27,8 anos em 2005, enquanto em 2010 se situava já nos 28,9 anos. Ainda de acordo com o mesmo Portal, também a idade média do primeiro casamento nas mulheres, sofreu um acréscimo de quase 2 anos, quando comparados dados de 2005 e de 2010, sendo a idade média de 27,3 e 29,2 anos respetivamente. Quanto aos homens, a idade média do primeiro casamento quando comparados os mesmos anos, é de 28,9 e 30,8 anos, verificando-se, assim, um acréscimo semelhante ao das mulheres o que ilustra, um adiamento das responsabilidades conjugais e parentais por parte dos membros da nova geração. Como consequência, se em gerações anteriores existiam algumas referências específicas para definir a entrada na vida adulta, como o casamento e a parentalidade, que ocorriam geralmente no decorrer da terceira década de vida, presentemente colocam-se outros trajetos possíveis para as pessoas entre os 20 e 30 anos de idade que não dizem respeito, inevitavelmente, à partilha desses eventos normativos (Arnett, 2004). Por via destas alterações, os pais são chamados a prestar apoio

de variada ordem aos seus filhos até cada vez mais tarde, exigindo ajustamentos nas relações entre pais e filhos (Richard, Settersten, & Ray, 2010).

Neste estudo, propomo-nos a estudar algumas questões inerentes a uma moratória cada vez mais prolongada dos jovens até ao culminar da idade adulta. A contemporaneidade do tema torna-se ainda mais pertinente pela crise económico-social que o nosso país atravessa. Propomo-nos estudar a população de contextos (civil e militar) e ocupações distintas (estudante, trabalhador-estudante e trabalhador). Esta opção justifica-se pela escassez de literatura neste âmbito, sobretudo de estudos empíricos que incluam amostras da população militar e de trabalhadores-estudantes, estando em contrapartida a população civil, em particular a estudante, sobre representada.

No capítulo I, realizámos o enquadramento concetual do nosso estudo. Na parte introdutória, começamos por caracterizar a população em foco, os A.E. Seguidamente procedesse à análise de marcadores demográficos presentes na faixa etária em estudo centrando a análise no contexto militar enquanto instituição em que alguns jovens, em particular de nível socioeconómico (N.S.E) mais baixo, fazem a sua transição para a vida adulta. Neste âmbito analisámos também a conciliação do papel de trabalhador e estudante na transição para a vida adulta. Analisámos ainda a importância da relação dos A.E. com a família de origem, centrando-nos na questão da individuação e maturidade filial. Neste quadro, averiguámos o papel do N.S.E para a transição para a vida adulta, bem como as questões relacionadas com a (in)dependência económica e a coabitação.

No capítulo II, relativo ao estudo empírico, procedemos à descrição dos objetivos, variáveis e hipóteses. Seguimos com a descrição da metodologia da investigação: caracterização da amostra e dos instrumentos de medida. Neste capítulo descrevemos ainda o procedimento de recolha de dados.

No capítulo III apresentámos os resultados em função as hipóteses formuladas, e apresentámos alguns resultados complementares em função de variáveis demográficas. Ainda neste capítulo apresentámos os resultados para a análise de regressão de duas variáveis: estatuto de identidade adulta e maturidade filial.

No capítulo IV discutimos os resultados, salientando por fim, as principais conclusões, fazendo especial referência às limitações metodológicas do nosso estudo e a possíveis implicações para o futuro, em termos de intervenção e investigação.

## **Capítulo I - Enquadramento teórico**

## 1. *A transição para a vida adulta: caracterização da adulez emergente*

As mudanças socioculturais ocorridas nos países industrializados nos últimos trinta anos parecem justificar que se fale de um novo “período de vida” enquadrado entre a adolescência e a adulez, período que Arnett (2000a) designou de “adulez emergente”. Atualmente assiste-se a um adiamento da assunção de responsabilidades conjugais e parentais por um período de quase uma década, o que contribui para a perda de normatividade dos percursos de vida neste período e para a consequente variabilidade, instabilidade e imprevisibilidade demográfica verificável pelas sucessivas mudanças do local de residência, de emprego, experiências de coabitação com parceiros românticos, mudanças de rumo dos percursos académicos e de formação profissional (Arnett, 2000a). Para este autor, a adulez emergente é um período de vida em que ocorrem muitas transformações significativas e em que se definem escolhas importantes no campo do amor, do trabalho e da visão do mundo dos indivíduos. Seria, portanto, um período de dúvidas, ambiguidades e de realizações que fazem a diferença para a trajetória de vida das pessoas. Os A.E. parecem mais dispostos a abdicar de marcadores que tradicionalmente marcavam a entrada na idade adulta como o casamento e a parentalidade e apostam no desenvolvimento da sua educação e em ganhar mais experiências no mercado de trabalho (Aquilino, 2006). O casamento e a parentalidade são, por conseguinte, adiados porque são encarados como um obstáculo às oportunidades, às experiências pessoais e à promoção profissional (Guerreiro & Abrantes, 2005).

Num dos primeiros estudos conduzidos por Arnett (2001, p. 136), conducentes à caracterização desta faixa etária, os entrevistados, com idades entre os 13 e 55 anos, responderam à questão: “*Sente que já atingiu a idade adulta?*” À medida que os entrevistados se aproximam dos 30 anos e nos anos seguintes, a maioria considera já ter atingido a idade adulta, contudo na faixa etária entre os 20 e os 29 anos, continua a haver uma percentagem substancial (46%) de indivíduos que se sentem “*in-between*” (Arnett, 2001, p. 142), entre a adolescência e a vida adulta. Assim, o sentimento de ter atingido a idade adulta parece demorar tempo a ser alcançado, havendo um período substancial em que os indivíduos se sentem “*in-between*”, como se estivessem a emergir na idade adulta, embora ainda não se sintam completamente lá. A multidimensionalidade de características na transição para a idade adulta origina que muitos indivíduos sintam que já alcançaram a idade adulta de acordo com alguns critérios mas não de acordo com outros (Arnett, 2001).

Arnett (2000a) considera a fase de transição para a idade adulta como num tempo privilegiado para a exploração e eventual resolução das tarefas identitárias relacionadas com a construção de uma determinada visão do mundo – áreas de exploração que, apesar de se terem iniciado no período anterior, adquirem neste período de vida um cariz mais focalizado e sério. Este aspeto parece ser aquele que mais relevância possui para a determinação do estatuto de adulto: de acordo com os resultados das investigações de Arnett (2004) nos Estados Unidos da América (EUA), também encontrados no contexto nacional (Mendonça, 2007), os A.E. consideram a aceitação de responsabilidade pelos próprios atos, a tomada de decisões individuais, a aquisição da independência financeira assim como o estabelecimento de uma relação igualitária com os progenitores como os marcadores mais importantes da transição para a adultez. Alguns dos resultados encontrados por Arnett são corroborados por Côté (2006, p. 108). Este autor verificou que os A.E. identificam as características psicológicas como a *“aceitação da responsabilidade pelas consequências das suas ações”* como sendo muito mais importantes para adquirir o estatuto de adulto do que características sociológicas, marcadores tradicionais, como é o caso do casamento. De facto, e de acordo com Furstenberg (2006; *cit. in* Meier & Allen, 2008), os jovens dão prioridade a uma série de condições, como por exemplo um emprego estável, antes de se casarem. Desta maneira, os processos psicológicos associados à transição para a vida adulta ganham relevância face aos processos sociológicos ou marcadores demográficos (Côté, 2006). Para além desta constatação, Côté (2006) sugere que muitos eventos importantes na transição para a idade adulta surgem num período mais alargado de tempo, até aos 30 anos, não se limitando por conseguinte ao período inicialmente sugerido por Arnett dos 18 aos 25 anos. *“Os 30 anos parecem ser mesmo a fronteira simbólica entre”* o tempo da exploração e experiência, características mais vincadas do jovem, e o tempo da estabilização e responsabilidade características típicas do adulto (Guerreiro & Abrantes, 2005, p. 165). Para Côté (2005; *cit. in* Oliveira, 2008), a adultez emergente consubstanciar-se-ia no prolongar das atividades exploratórias características da construção da identidade jovem, funcionando assim a década dos 20 anos como uma *“extensão da moratória psicossocial”* (Oliveira, p. 5). De acordo com Côté (2006), o início da década dos 20 anos é ainda muito precoce para a formação de características chave da identidade, pelo menos para alunos que frequentam a universidade.

É, portanto, uma tendência na atualidade a complexificação e a diversificação do período de transição para a vida adulta, verificando-se simultaneamente grandes transformações na esfera familiar, onde existe uma *“enorme diversidade de modelos e*

*estruturas*” (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres & Wall, 1998; *cit. in* Guerreiro & Abrantes, 2005, p. 162). Neste contexto, diante da experiência do risco e da imprevisibilidade no mercado de trabalho, muitos filhos permanecem até mais tarde em casa dos pais, usufruindo de um “*estatuto de semi-dependência*” (Guerreiro & Abrantes, 2005, p. 168). Desta maneira, não surpreendem os resultados verificados por Richard e colaboradores (2010), que revelam que aos 30 anos apenas metade dos jovens adultos americanos tinham atingido todos os marcadores tradicionais da vida adulta nomeadamente o casamento e a paternidade. Considerando a importância do investimento na formação e o aumento de alunos inscritos nas universidades portuguesas, em Portugal são observados resultados semelhantes.

De acordo com Guerreiro e Abrantes (2005), a transição para a vida adulta dá-se em dois tempos: um primeiro, onde o adulto jovem se isenta de grandes preocupações, sendo um período de liberdade o A.E. dedica-se a experiências e aventuras; e um segundo, onde já possui estabilidade profissional e responsabilidade, já pensa no matrimónio e em ter filhos. Contudo, o meio sociocultural e económico a que o jovem pertence irá influenciar o modo pelo qual ocorre o processo de passagem para a vida adulta. Atualmente um leque alargado de jovens alcançam a condição adulta a partir de percursos escolares mais longos e inserções mais tardias num mercado de trabalho caracterizado pela instabilidade rigor e competição, impondo, em muitos casos, horários mais longos sem vencimento suplementar (Guerreiro & Abrantes, 2005). A entrada no mercado de trabalho caracteriza-se por “*trajetórias yo-yo*”, trajetórias da escola para o trabalho, intercaladas por períodos de desemprego, de emprego precário e de investimento na formação (Alves, 1998; Pais, 2001; *cit. in* Guerreiro & Abrantes, 2005, p. 162). Assim, face à grande precariedade das carreiras profissionais, o investimento na formação e educação torna-se muito valioso, pois se há alguns anos o culminar do ensino “secundário” era suficiente para se garantir um bom nível de vida, atualmente nem o culminar de um grau de ensino superior garante o sucesso (Richard, *et al.*, 2010; Mauritti, 2002, *cit. in* Guerreiro & Abrantes, 2005). O bloqueio das carreiras tradicionais tem levado ainda ao prolongamento de situações de dependência e instabilidade e à aposta nas vias informais de trabalho – os “*ganchos*”, os “*tachos*” e os “*biscates*” – face ao descrédito “*das vias formais e ao refúgio em utopias e atopias ilusórias, dada a*” dificuldade em organizar projetos em especial na esfera familiar (Pais 2001; *cit. in* Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 25).

A heterogeneidade de projetos e trajetórias possível durante esta fase da vida (Guerreiro & Abrantes, 2005) é em parte reflexo da falta de controlo social e normas que apoiem e



orientem os futuros adultos: enquanto uns vivem sós, outros vivem com os pais, parceiros ou colegas, enquanto uns estudam, outros trabalham ou conciliam ambas as atividades (Arnett, 2005 *cit. in* Arnett, 2006). De facto, o elevado grau de anomia presente em várias secções da sociedade parece ter interferência no curso de vida dos jovens adultos, assistindo-se por vezes a uma incompatibilidade entre os apoios institucionais e as necessidades dos jovens adultos (Richard, *et al.*, 2010). Côté (2006) defende ainda que o elevado nível de anomia que caracteriza este período de modernidade tardia, decorrente do desaparecimento de marcadores sociais estáveis no processo de transição para a vida adulta, poderá levar a que as transições dos jovens sejam mais dificultadas, pelo que é necessário que estes adotem estratégias e recursos pessoais que possam compensar os contextos institucionais fragmentados. A estas estratégias Côté, (2006, p. 91), denomina de “*capital de identidade*”. Assim se o “*capital de identidade*” for capaz de levar o jovem adulto a um crescimento contínuo e deliberado, conseguindo este ultrapassar os obstáculos e dificuldades de forma a aproveitar as oportunidades oferecidas pela sociedade, encontra-se perante um processo de individualização desenvolvimental. Se pelo contrário, o futuro adulto não delinear o seu futuro e abdicar de agir sobre este, haverá um processo de individualização menos conseguido. Este é um período volitivo, em que os A.E. experienciam alguma liberdade que os permite satisfazer os seus interesses e desejos, alguma perceção de que as oportunidades estão todas em aberto (Arnett, 2006). Deste modo, coexiste a anomia e fragmentação com a perceção de menos barreiras no que concerne ao género, etnia e classe social, existindo potencialmente mais oportunidades para todos os grupos sociais (Côté, 2006). Assim, apesar de todas as dificuldades, é esperado que todos os jovens, independentemente do seu grupo de pertença, possam adotar estratégias que lhes permitam transitar adequadamente para papéis de adultos. Contudo, existem jovens que pelas suas características peculiares (como, por exemplo, o facto de serem oriundos de N.S.E inferior), a falta de estrutura e anomia social desencadeia uma série de desafios e dificuldades acrescidos na transição para a vida adulta (Côté, 2006).

## *2. Heterogeneidade de adultos emergentes: diferenças demográficas, a população militar e trabalhadora*

Apesar de compreensível, pela possível dificuldade de acesso a outras populações, o estudo sobre a adultez emergente não pode resumir-se apenas ao estudo da população civil,

muito menos apenas a estudantes universitários. Existe uma notável sobre representação desta população nos estudos que se debruçam sobre este período de vida, sabendo-se, pelo contrário, muito pouco acerca da vivência da adultez emergente entre a *metade esquecida*, nomeadamente constituída por grupos de nível socioeconómico mais baixo, como é tendencialmente o caso dos trabalhadores e militares (Arnett, 2000b).

## *2.1 Diferenças de nível socioeconómico e outras diferenças demográficas na transição para a vida adulta*

A transição para a adultez de acordo com Cohen, Kasen, Chen, Hartmark, e Gordon (2003) difere frequentemente de acordo com o grupo de pertença, como é o caso do grupo étnico, área de residência, género ou N.S.E. De acordo com os mesmos autores, a transição para a idade adulta tende a realizar-se mais cedo nos indivíduos de N.S.E mais baixo, afro-americanos e hispânicos e residentes em áreas rurais. Em geral, também as mulheres experimentam estas transições mais cedo que os homens (George, 1993 *cit. in* Cohen, *et al.*, 2003).

O calendário das transições para o casamento e para a paternidade parece estar, fortemente relacionado com o N.S.E, a escolaridade e o estado civil dos pais. Meier & Allen (2008), constataram que os jovens adultos de classes socioeconómicas mais pobres, e principalmente do sexo feminino, são mais propensos a coabitarem com um parceiro romântico e a casarem mais cedo. Ainda tendo em consideração este acontecimento normativo, foi observado, no contexto americano, que os militares são propensos a casarem mais cedo do que os civis (Meier & Allen, 2008; Kelty, Kleykamp, & Segal, 2010). No mesmo país, Richard e colaboradores (2010) verificaram que o risco de divórcio é significativamente mais alto quando os jovens se casam mais cedo. Desta maneira, não surpreende que exista uma maior taxa de divórcio entre os jovens adultos militares quando comparado com o mesmo grupo de civis (Kelty, *et al.*, 2010). Contudo, neste caso, as maiores taxas de divórcio não devem ser apenas explicado pela idade de casamento, mas também por vários fatores inerentes à profissão militar nomeadamente a total disponibilidade e empenho exigidos pela instituição militar, como será desenvolvido no ponto seguinte.

Arnett (2004) sugere que a coabitação é uma forma de jovens adultos experienciarem e testarem relacionamentos conjugais, sendo que uma parte destes jovens regressa novamente a casa dos pais quando terminam, por exemplo, a faculdade ou o namoro. No

entanto, segundo Smock e Manning, (1997; *cit. in* Meier & Allen, 2008), entre os indivíduos de N.S.E mais baixo, a coabitação não é tanto um processo de exploração, sendo sobretudo ditada por questões práticas, de cariz económico. Por esse motivo, é mais elevada nos jovens adultos de N.S.E inferior uma vez que aos 20 anos 28% dos jovens de famílias mais desfavorecidas viviam em coabitação com um(a) parceiro(a), contra 15% dos jovens de famílias com recursos mais diferenciados.

Richard e colaboradores (2010) consideram que as desigualdades existentes nas capacidades e recursos dos jovens dependerão do apoio prestado pelas famílias durante esta etapa de vida. Os recursos socioeconómicos das famílias de origem podem, pois, afetar a transição dos jovens para a vida adulta. Entre famílias de jovens de elevado N.S.E, existem mais oportunidades para educação de nível superior, podendo desta forma estes jovens prolongar a moratória até se tornarem independentes, quer ao nível financeiro, quer habitacional. Assim, os jovens que frequentam a universidade confiam, regra geral, nos pais para lhes prestarem apoio financeiro e residencial. Muito embora a maioria dos jovens resida numa habitação diferente durante o seu tempo de formação, numa situação de semi-autonomia residencial, são normalmente financiados pelos seus pais, que acreditam, assim, proporcionar mais hipóteses de sucesso na transição para papéis de adulto (Aquilino, 2006). Um estudo realizado por Lewin-Epstein, (2001; *cit. in* Aquilino, 2006), permitiu constatar que, entre as famílias Israelitas, os pais que prestavam mais apoio aos filhos, jovens adultos, eram os de N.S.E mais elevado mas também os que tinham menor número de filhos. Estes jovens vêm a sua progressão na educação facilitada ao mesmo tempo que a sua independência residencial e financeira é adiada (Cohen *et al.*, 2003). No lado oposto, os jovens de meios mais desqualificados, distantes de um projeto escolar, planeiam projetos familiares e procuram alcançar a independência constituindo a sua própria família (Guerreiro & Abrantes, 2007). Entre estes jovens, alcançar a independência financeira e habitacional em relação aos seus progenitores é sobretudo conseguida através do emprego a tempo inteiro. De facto os pais de N.S.E superior criam mecanismos de proteção, mas também de dependência familiar (Cohen *et al.*, 2003; Guerreiro & Abrantes, 2007).

O N.S.E das famílias e a escolaridade dos filhos interfere também na representação que os jovens têm acerca das Forças Armadas (F.A). Uns estudo realizado sobre a representação institucional das F.A portuguesas entre 54 mil jovens de 18 anos permitiu verificar as representações positivas diminuíam à medida que a escolaridade dos jovens e o rendimento dos seus pais aumentava. Assim, entre os inquiridos que se situam nos níveis de escolaridade até ao 12º ano, a representação das F.A enquanto oportunidade profissional

é elevada, caindo de forma algo acentuada entre os inquiridos que têm frequência de nível superior (Resende, Baptista, Cardoso, Marques, Madeira, Ferreira, & Vilhena, 2008). Desta forma, os jovens de N.S.E e com um nível de escolaridade mais baixo tendem a alistar-se mais facilmente nas fileiras do exército.

## *2.2 Contexto militar: caracterização demográfica das Forças Armadas, benefícios e exigências e oportunidades na transição para a vida adulta*

Segundo o Anuário Estatístico da Defesa Nacional, existiam, no ano de 2005, em Portugal, 19,368 militares em regime de contrato, correspondendo a 32,3% dos militares (ativos e na reserva). Este número tem vindo a aumentar progressivamente todos os anos, especialmente desde a extinção do serviço militar obrigatório. Contudo e dado as restrições orçamentais também na área da Defesa Nacional, é possível que atualmente o número de militares nas fileiras das F.A tenha estabilizado ou até registado algum decréscimo. Dos militares em regime de contrato em 2005, 86,3% eram praças, 7,6% oficiais e 6,0% sargentos. As F.A têm uma força de trabalho relativamente jovem, 58,4% têm entre 20 e os 24 anos, sendo a idade máxima em regime de contrato de 39 anos. Podemos, por conseguinte, compreender que grande parte dos militares se encontra no período de vida em estudo.

Analisando o contexto americano, Kelty, e colaboradores (2010) verificaram que os jovens militares que se alistaram de forma voluntária nas F.A tinham, no geral, um rendimento escolar inferior aos colegas que não ingressaram, provindo de classes económico-sociais mais baixas, normalmente de famílias monoparentais e de baixa escolaridade. Um estudo realizado pelo Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Alegria, 2000) com 11.307 militares em regime de voluntariado ou contrato permite verificar que também no contexto português a maioria dos militares, nesse regime, têm no geral um nível baixo de escolaridade: 35% tinham 9 anos de escolaridade, 27% o 12º ano e 18% 6 anos de escolaridade havendo apenas 2% de militares que possuíam uma licenciatura. Tendo em conta o nível académico dos militares, e à semelhança do que foi verificado por Kelty e colaboradores nos EUA (2010), também em Portugal os militares em regime de voluntariado ou contrato, parecem provir de famílias socioculturalmente mais desfavorecidas.

A entrada nas F.A, tratar-se-á, assim de uma oportunidade de carreira para um grupo de jovens adultos cujas habilitações literárias são tendencialmente baixas, podendo ser

simultaneamente uma oportunidade de incremento das habilitações e ou formação profissional. A possibilidade de adquirir mais formação profissional é mesmo um dos principais motivos (35,9%) que leva os jovens a alistarem-se nas F.A (Resende, *et al.*, 2008). As F.A têm, de facto, protocolos que incentivam os jovens a ingressar no ensino superior, contudo, o desenvolvimento dessas habilitações nem sempre será fácil, pois os militares são normalmente chamados a cumprir missões de diversa ordem, para as quais devem estar totalmente disponíveis (Vilhena, 2005). Para além disso, os jovens militares são mais propensos a casar e ter filhos mais cedo do que os seus homólogos civis, o que pode condicionar a decisão de voltar à escola (Kelty, *et al.*, 2010).

A profissão de militar, pela sua natureza, requer que os seus profissionais estejam totalmente prontos para cumprir missões determinadas pelas chefias. A “*disponibilidade e o empenho*” são duas das características que mais se destacam nesta profissão. Estas características levam a um total compromisso dos militares com as causas e objetivos das F.A o que, conseqüentemente acarreta potenciais “*constrangimentos, a nível pessoal, familiar, e social*” (Vilhena, 2005, p. 25). Deste modo, as relações entre a instituição militar e a família revestem-se de aspetos conflituais pois a adaptação entre as exigências de estabilidade da vida familiar e a permanente disponibilidade, mobilidade, risco e incertezas que, caracterizaram a profissão militar nem sempre é fácil. Na perspetiva de Segal (1988; *cit. in* Carreiras, 1997), a instituição militar, assim como a família, dependem muito do empenho dos seus membros, determinando um conjunto de critérios de forma a verem as suas necessidades satisfeitas, por comparação a outras instituições onde os indivíduos têm uma maior possibilidade de conciliar diferentes papéis. A grande mobilidade geográfica, a separação da família em resultado dos exercícios, a incerteza de horários, missões no estrangeiro ou mesmo o risco de ferimento e morte são exigências que o contexto militar impõem e que chocam, muitas vezes, com as necessidades que a vida familiar ou o investimento na formação académica impõem (Carreiras, 1997), tornando particularmente complexa a relação entre diferentes domínios numa etapa do desenvolvimento por si repleta de exigências. Contudo, algumas experiências proporcionadas pelo contexto militar podem também promover a identidade profissional e o reconhecimento social da função dos militares na comunidade. (Carreiras, 1999, *cit. in* Vilhena, 2005), para além de permitirem aos militares uma independência em relação à família da origem mais precoce do que outros jovens da mesma idade. A participação em missões de paz, por exemplo, permite obter de um salário muito superior ao normal, mas exige também ajustamentos na vida pessoal e familiar (Vilhena, 2005).

Apesar das exigências da profissão, a instituição militar fornece aos jovens adultos um local onde estes podem residir, trabalhar e estudar, ao mesmo tempo que o exercício profissional, serviço militar, ajuda os jovens a adquirir competências e ganhar autonomia. De facto quando, aos militares são incumbidas elevadas responsabilidades como o cuidado pela vida dos outros camaradas ou o controlo de equipamento sofisticado, permite que estes desenvolvam o sentimento de eficácia e a individuação (Dar & Kimhi, 2001; *cit. in* Scharf, *et al.*, 2004). Nos EUA, o serviço militar fornece ainda créditos aos jovens adultos que queiram estudar, seguros de saúde, apoio à família (habitacional) e outros benefícios (Kelty, *et al.*, 2010; Richard, *et al.*, 2010). Também em Portugal existem benefícios, nomeadamente ao nível da saúde, através de comparticipações pela Assistência em Doença aos Militares (ADM) e na educação, através das vagas especiais para ingressar no Ensino Superior.

Como verificado, apesar das exigências inerentes à profissão, existem simultaneamente oportunidades que os militares podem aproveitar. De acordo com Arnett (2004), na transição para a vida adulta podem surgir oportunidades que beneficiam sobretudo os jovens de classes sociais mais desfavorecidas pelo facto de permitirem a construção de um novo futuro após a libertação ou mesmo afastamento do meio e família de origem, muitas vezes identificados como causa de infância e adolescência mais problemáticas. Esse futuro pode passar por vezes pelo serviço militar. Este tem oferecido ao longo dos anos uma alternativa para os jovens com maiores dificuldades na educação e para aqueles que não têm objetivos traçados, sendo uma “porta de entrada” para novas oportunidades e experiências. De facto, quer estudos empíricos, quer o senso comum, retrata comumente o serviço militar como um caminho para uma grande oportunidade, especialmente para os jovens mais desfavorecidos (Glen & Elder, 1986).

O estudo do risco e resiliência reveste-se de interesse no período da transição para a vida adulta, dado que neste período acontecem mudanças importantes na capacidade funcional. As transições refletem uma mudança nas oportunidades porque as transações com o meio são mais fluidas e, por conseguinte, a reorganização pode ser mais fácil. Por este motivo, as transições, sejam elas mais ou menos normativas, propiciam a manifestação de vulnerabilidades mas também de oportunidades que podem ter um papel muito importante no curso de vida dos jovens, podendo mesmo alterá-lo (Coimbra, 2008). Num dos estudos inaugurais da resiliência, Werner e Smith (1982, 1992; *cit. in* Pitanga, 2009) estudaram longitudinalmente durante 40 anos a vida de 700 indivíduos criados em condições de dificuldades numa ilha do Havai. A maior parte das crianças residia em

condições de acentuada pobreza, estando expostos antes dos dois anos de idade a vários fatores de risco cumulativos. Aos 18 anos de idade, cerca de dois terços dessas crianças passaram por problemas sintomáticos de um ajustamento pobre, como é o caso da gravidez precoce, a necessidade de serviços de saúde mental, problemas na escola ou com a lei. Porém, devido a relacionamentos de apoio, familiares e extrafamiliares, um terço daquelas crianças em risco tornaram-se jovens adultos competentes, protetores e confiantes.

Também, o serviço militar constitui um dos acontecimentos de vida que permite a alteração de trajetórias menos adaptativas na transição para a vida adulta. Muitos outros estudos longitudinais sugerem que a passagem por experiências como o serviço militar (a par de outras como bons matrimónios e relações amorosas, estudos superiores, filiações religiosas e oportunidades de trabalho) pode promover oportunidades de mudança nesta etapa do curso de vida (Elder, 1986, 1974/ 1999; Laub, Nagin, & Sampson, 1998; Masten & Powell, 2003; Rutter, 1990, 1996, 2000; Sampson & Laub, 1993; Werner & Smith, 1992, *cit. in* Masten, Obradović, & Burt, 2006).

Glen & Elder (1986, p. 234) estudaram 214 homens de uma cidade do estado da Califórnia, desde o seu nascimento até à idade adulta. Os elementos do estudo eram filhos de famílias que tinham vivido a “*Grande Depressão*” do início dos anos 20 nos E.U.A, sendo por isso criados, na sua globalidade, em famílias com dificuldades financeiras. Esta conjuntura despoletou nestes jovens sentimentos de incapacidade e impotência, associados a resultados escolares pobres. Estes jovens que antes de ingressarem nas F.A (60% no ramo do exército), não tinham metas/objetivos a atingir, dois anos depois de se terem alistado puderam beneficiar de um programa para ingressar no ensino superior, tendo optado por frequentar a universidade ao abrigo do programa mais de meio milhão de militares. Esta mudança de aspirações poderá ser devida ao facto de terem estado expostos no serviço militar a todos os tipos de pessoas com formações, talentos e objetivos variados. O serviço militar parece promover um forte sentimento de eficácia e uma imagem de si próprio mais positiva (Glen & Elder, 1986). Também à instituição militar, interessa seleccionar os candidatos que possuam as características necessárias que lhes permitam, de uma forma positiva, se adaptarem às exigências da instituição, para que o seu desempenho não seja afetado. De facto, a instrução militar emprega, de uma forma consciente e metódica, muito stressores, num esforço de tornar os militares mais resistentes à adversidade (Rodrigues, 2003).

Um exemplo bem ilustrativo da importância do serviço militar no processo de resiliência é-nos dado por Masten e colaboradores (2006). Um jovem proveniente de uma

família desestruturada, cedo se integrou num gang, chegando a estar preso. Acabou por se alistar na marinha, onde os problemas com álcool e drogas continuaram. O ímpeto para a mudança aconteceu quando, alcoolizado, teve um acidente de moto que colocou a sua vida em risco. Depois de recuperado com o apoio de um cirurgião, realizou provas de interesse vocacional que o estimularam a trabalhar na área da medicina. Conseguiu entrar para a faculdade, constituir família e é reconhecido como um famoso cirurgião. A entrada nas F.A poderá ter feito a diferença nesta trajetória de vida, sendo o primeiro passo de transformação de um jovem em risco num cirurgião (Masten *et al.*, 2006).

Outro estudo que evidencia a forma positiva como os jovens militares beneficiam da passagem pelas F.A foi realizado mais recentemente em Israel (Scharf, *et al.*, 2004). Neste país, a grande maioria dos jovens com idade em torno dos 18 anos deixa a casa dos seus pais por um período entre 20 meses (mulheres) e 3 anos (homens) para realizar o serviço militar obrigatório nas forças de defesa israelitas. Quando os jovens recrutas entram no serviço militar, têm que obedecer a ordens e cumprir deveres, muitas vezes em conflito com os seus desejos pessoais. Além disso, o serviço no exército expõe os soldados a experiências muito difíceis, o que pode aumentar ou impedir a negociação próspera das suas tarefas desenvolvimentais próprias da idade. Embora o ambiente militar seja difícil, sendo caracterizado por uma cultura altamente rígida, a grande maioria dos jovens recrutas completa o seu serviço militar prosperamente, com um ajustamento positivo, e ultrapassando os desafios bem como os seus sofrimentos e consideram estas experiências preciosas para as suas vidas (Scharf *et al.*, 2004).

Em Portuga, após o ingresso nas F.A se ter tornado voluntário, o serviço militar deixou de ser um marcador na transição para a idade adulta, pelo menos entre os indivíduos do sexo masculino, para ser uma escolha de carreira. O serviço militar engloba um processo rigoroso e abrangente de socialização e de formação, preferencialmente destinado aos jovens adultos, que favorece a sua independência em relação aos pais, ao mesmo tempo que promove uma maior participação na comunidade. Ao enfatizar responsabilidades pessoais, formação consistente, autoaperfeiçoamento e empenho cívico, o ingresso nas F.A fornece um conjunto de características-chave na transição para a idade adulta (Kelty, *et al.*, 2010). Segundo Flanagan & Levine (2010), a participação cívica dos jovens é um importante mecanismo para o crescimento pessoal e para a formação da identidade durante a transição para a idade adulta. Os autores explicam que, tal como terminar um curso e construir uma família é um importante marcador para a entrada na idade adulta, a participação cívica é igualmente fundamental para essa transição. O serviço



militar, não obstante os seus potenciais custos pessoais e exigências já mencionados, pode ser assim considerado a mais alta forma de participação cívica. De facto, para muitos jovens servir nas F.A é um importante serviço cívico. Segundo Alegria (2000), servir Portugal é a principal motivação que leva os jovens a alistarem-se no exército, sendo ainda num estudo mais recente a razão “*participar em missões de paz*” mencionada como sendo a mais importante motivação para ingressar na vida militar (Resende *et al.*, 2008, p. 12). Flanagan & Levine (2010) referem ainda que os jovens adultos universitários são muito mais ativos civicamente do que os seus pares que não frequentam a universidade. Assim, os jovens adultos militares estudantes do ensino superior poderão realizar uma transição mais rápida e eficaz para a idade adulta do que os seus colegas que são apenas militares e mesmo os homólogos civis.

Atendendo à maior participação cívica, aliada à maior precocidade no emprego, casamento e paternidade (Kelty, *et al.*, 2010), poder-se-á considerar que a transição para a idade adulta ocorrerá mais rapidamente entre os jovens adultos militares do que entre os jovens adultos civis. Face ao constatado nos vários estudos realizados, pode-se concluir que o serviço militar proporciona um leque de oportunidades que podem ser aproveitadas pelos jovens adultos, desempenhando um papel fundamental na transição para a idade adulta. Na vida militar, jovens menos qualificados e provenientes de famílias mais desfavorecidas, encontram por vezes a oportunidade de progredirem, dando continuidade à carreira e/ou beneficiando das oportunidades existentes para poderem melhorar a sua formação (Kelty *et al.*, 2010).

### *3. A conciliação do papel de trabalhador e estudante na transição para a vida adulta*

Num estudo realizado por Alegria (2000, p. 55), com jovens militares em regime de voluntariado e contrato, constatou-se que de um conjunto de 21 indicadores de motivação global para entrar na vida militar, “*estudar*” situa-se na sétima posição. Este resultado parece corroborar as conclusões de Estevinha (2009), que sugerem que estes jovens são na sua maioria pertencentes a classes mais desfavorecidas. Sentem, por isso, que para prosseguir os estudos têm de arranjar um emprego, pelo que ingressar nas F.A é uma das soluções que lhes permitirá posteriormente conciliar os dois papéis.

Atualmente e de uma forma geral, “*as movimentações entre os espaços formativos e os espaços laborais são cada vez mais frequentes e até mesmo concomitantes*” ao longo da vida (Vieira, Caires & Coimbra, 2011, p. 30). Em Portugal, e de acordo com o enquadramento legal (Lei 7/2009, p. 946), considera-se trabalhador(a)-estudante aquele(a) “*que frequenta qualquer nível de educação escolar, bem como curso de pós-graduação, mestrado ou doutoramento em instituição de ensino, ou ainda curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens com duração igual ou superior a seis meses*”. No nosso país, de acordo com a sondagem da Eurostudent (2005; cit. in Lobo, 2005), a percentagem de jovens que desempenhava estes dois papéis em simultâneo era de cerca de 20%, uma percentagem baixa se tivermos em conta, por exemplo, a verificada em Espanha (49%). Constata-se ainda que jovens adultos que tenham iniciado uma atividade profissional antes de ingressarem no ensino superior tendem a manter-se no mercado de trabalho (Lobo, 2005; Martins, *et al.*, 2005).

De uma forma geral, a entrada no ensino superior constitui para a grande maioria dos jovens portugueses um adiamento do processo de transição para a vida adulta (Guerreiro & Abrantes, 2005). Contudo, dada a situação económica atual, onde os pais perdem os seus postos de trabalho e os jovens têm dificuldade em arranjar emprego, é credível que muitos jovens universitários procurem empregos precários e temporários para poderem pagar os seus estudos. Deste modo, embora, ao nível pessoal, o trabalho se constitua como uma das condições determinantes para a identidade e integração do indivíduo na sociedade (Tombolato 2005), a integração dos jovens adultos no mercado de laboral enquanto estudam passa, na generalidade das situações, por uma questão de necessidade (Hickmann, 1992). É verdade que, como já foi referido, a aposta que muitos jovens fazem na sua formação tem como consequência o prolongamento da dependência em relação aos seus pais. Contudo, muitos pais não podem acarretar com as despesas dos seus filhos, pelo que a única solução para muitos jovens é arranjar um trabalho/emprego, ainda que a tempo parcial, que lhes permita financiar os seus estudos (Yap, 1991).

É importante, por conseguinte, ressaltar que trabalhar e estudar em simultâneo não é geralmente uma opção fácil, estando muitas vezes associada a desigualdades sociais – “*classe, etnia, sexo, local de residência*” – e condicionada pelos sistemas de ensino e de emprego (Guerreiro & Abrantes, 2005, p. 160). Muitos jovens pertencentes a classes mais pobres são pressionados a obter emprego numa idade o mais precoce possível, deixando prematuramente os estudos (Estevinha, 2009). Quando decidem prosseguir mais tarde, regra geral, conciliam-nos com o exercício de uma profissão, realizando enormes

*“sacrifícios e malabarismos”* (Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 68). Muitos jovens procuram mesmo uma profissão para poderem regressar à escola, sendo que para alguns essa oportunidade passa por ingressarem nas F.A.

No nosso país, estudar e trabalhar a tempo inteiro não é a regra geral. O trabalho a tempo parcial é a opção mais frequente entre os trabalhadores-estudantes (Estevinha, 2009). Talvez esta modalidade de trabalho/emprego seja ainda pouco frequente entre os jovens estudantes universitários nacionais, devido a questões de política interna das universidades e do próprio mercado de trabalho. Por esse motivo, estudos em torno da conciliação entre o trabalho efetivo, em particular em regime de full-time/tempo inteiro e os estudos universitários, são ainda escassos no contexto nacional. Nos EUA, por exemplo, as universidades dão prioridade aos estudos dos seus alunos, mantendo políticas de grande controlo sobre os compromissos laborais dos estudantes. Por exemplo, universidade de Chicago apenas aceita que o aluno execute funções numa empresa num máximo de 19.5 horas semanais durante o período de aulas (Chicago University, 2011).

Furlani (1998; *cit. in* Guimarães, 2006) realizou um estudo baseado nas representações dos alunos do ensino superior noturno e diferenciou os alunos em: estudantes a tempo inteiro, estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes. Constatou que o estudante a tempo inteiro é financiado totalmente pela família, podendo dedicar-se apenas ao estudo. O estudante-trabalhador é o aluno que trabalha mas continua a ser substancialmente apoiado pela família. Por fim, o trabalhador-estudante distingue-se do estudante que trabalha (designado neste contexto de estudante-trabalhador) por não ser financiado pela família, mas antes colaborar nas despesas com o orçamento doméstico. Este aluno não tem o estudo como opção exclusiva, mas como uma atividade entre outras. Embora tenha acesso à universidade, não lhe é, muitas vezes, permitida ou facilitada a permanência devido a impedimentos como o cansaço, o pouco tempo para estudar ou as múltiplas tarefas para executar e conciliar. De facto, ter de estudar e trabalhar simultaneamente pode tornar-se muito cansativo, exigir demasiada responsabilidade e exercer demasiada pressão.

Trabalhar e estudar em simultâneo não desencadeia, no entanto, apenas acontecimentos negativos. Os alunos que só estudam tendem a relatar níveis mais elevados de stresse, menos motivação, chegadas mais tardias bem como mais cansaço em palestras e maior dificuldade em gerir de forma adequada o tempo para estudar, comparativamente com os seus colegas trabalhadores-estudantes. Para além disto, os trabalhadores-estudantes sentem, por vezes, *spillover* positivo, isto é, que o seu trabalho contribui para uma maior

confiança e para uma melhoria nas capacidades interpessoais nos diferentes contextos, como estudantes e na vida social (Munro, 2011).

A nível demográfico, os trabalhadores-estudantes tendem a possuir um perfil semelhante aos seus colegas estudantes em termos de estado civil e de coabitação até aos 28 anos de idade: tendem a prolongar a sua situação de solteiros, permanecendo em casa dos pais por alguns anos (Martins, Mauritti & Costa, 2005). Só a partir dos 28 anos é que serão visíveis diferenças entre estudantes e trabalhadores-estudantes no que concerne à situação familiar: 60% dos trabalhadores-estudantes são casados contra apenas 4% dos estudantes. Observando os contextos residências dos trabalhadores-estudantes, verifica-se de igual forma, que apenas depois dos 28 anos é que a maioria reside de forma independente, em casa ou apartamento próprio (60%) ou alugado (11%), ou noutras situações, possivelmente de caráter mais transitório – como em quarto alugado (5%) ou em residências para estudantes (1%) (Martins *et al.*, 2005). Estes resultados parecem corroborar a convicção de que a adultez emergente é um grupo etário bem mais heterogéneo que o que a antecede e sucede (adolescência e idade adulta), sendo por isso importante contemplar toda a sua diversidade (Arnett, 2000b). Parece particularmente importante considerar o modo como o exercício profissional em exclusivo ou concomitante com o estudo pode, assim, ter influência nos padrões relacionais estabelecidos com a família de origem, pelo menos à medida que há uma aproximação do final da segunda década de vida.

#### *4. O adulto emergente e a relação com a família de origem: individuação, maturidade e independência*

Como foi referido, na presente geração, atingir o estado de adulto é um processo gradual que não pode ser definido apenas pelo culminar de tarefas desenvolvimentais tradicionais. A definição de estatuto de adulto envolve, necessariamente, a construção do indivíduo como pessoa autónoma em relação à sua família de origem, em que os constructos de individuação, maturidade filial e independência parecem desempenhar um papel importante.

#### 4.1. *Individuação e maturidade*

Dos A.E., pelo menos nas culturas ocidentais, é esperado que aumentem os seus níveis individuação, que desenvolvam a capacidade para confiar em si próprios e tomar decisões independentes e responsáveis (Arnett, 2001). A transição para a idade adulta implica, por conseguinte, um avanço no processo de individuação que inclui uma definição do *self*. Os indivíduos, quando são resilientes, interiorizam uma percepção positiva do *self*, sentem-se mais capazes para arriscar e explorar de forma independente. Em contraste, os preocupados, que estão excessivamente vinculados às figuras de vinculação e com níveis menores de autonomia e de resiliência, podem evidenciar menor competência na tarefa desenvolvimental de transição para a idade adulta (Scharf Mayseless & Baron, 2004).

Da adolescência à adultez emergente a relação pai-filho necessita de evoluir para uma maior independência e autonomia por parte dos filhos, enquanto os pais continuam a funcionar como uma fonte de segurança e apoio emocional (Aquilino, 2006). Uma das tarefas desenvolvimentais fundamentais nesta fase de vida relaciona-se com a aquisição da maturidade filial por parte dos filhos e da maturidade parental por parte dos pais. Ao longo da adolescência, os filhos crescem tornando-se cada vez mais autónomos, tornando-se mais capazes de perceber os pais fora do papel de pais (Birditt, Fingerman, Lefkowitz & Dush, 2008). A maturidade filial relaciona-se, assim, com a capacidade do A.E. se tornar para os seus pais uma fonte de apoio, envolvendo a capacidade de reconhecer os pais como pessoas, com uma história de vida, reconhecendo as suas necessidades, limitações e perspectivas (Aquilino, 2006; Birditt, *et al.*, 2008). Segundo Birditt e colaboradores (2008), a autonomia é um constructo precursor da maturidade filial, envolvendo não apenas conceitos como a intimidade e a separação, mas também a aceitação dos pais como um igual, com os seus defeitos. Parece mais provável o desenvolvimento da maturidade filial em relação à mãe, por comparação com os progenitores do sexo masculino. Esta variação pode surgir porque as mães passam normalmente mais tempo com os seus filhos, sendo mais propensas a partilhar informações com seus filhos sobre as suas histórias do passado (Birditt, *et al.*, 2008). A maturidade e responsabilidade filial parecem ser particularmente importantes nesta faixa etária sendo para os jovens adultos entre os 20 e 30 anos, a motivação mais forte para prestar apoio aos pais e avós (Dellmann-Jenkins, Blankemeyer, & Pinkard, 2001 *cit. in* Aquilino, 2006). As pesquisas sugerem que a maturidade filial é um processo desenvolvimental diádico que influencia e é influenciado pelo padrão e qualidade relacional entre pais e filhos ao longo da vida.

Parece, por isso, importante ter também em consideração a maturidade parental, isto é, a capacidade dos pais para reconhecer e aceitar os seus filhos como adultos. Esta tarefa pode ser dificultada quando continua a existir coabitação (Aquilino, 2006). Segundo White (2002, *cit. in* Aquilino, 2006, p. 194), jovens australianos entre os 18 e 25 anos que viviam com os pais, sentiam que eram reconhecidos em simultâneo como crianças e como “*quase adultos*”, tendo o seu espaço próprio dentro de casa, espaço que era reconhecido pelos pais. Os aspetos que relatavam como não sendo respeitados pelos seus pais relacionavam-se como os limites emocionais, sendo os pais considerados intrusivos.

Muitos dos A.E. vivem num regime designado de semi-autonomia: vivem, pelo menos temporariamente longe de casa, apesar de não considerarem ter “saído” definitivamente de casa (e.g., Guerreiro & Abrantes, 2007; Nico, 2009). A primeira transição residencial ocorre, normalmente, nos EUA, aos 18/19 anos com a saída de casa dos pais, motivada pela entrada no ensino superior. No entanto, 40% dos A.E. voltam para casa dos pais entre os 20-25 anos (Goldscheider & Goldscheider, 1999; *cit. in* Arnett, 2006). São exemplos paradigmáticos de semi-autonomia os estudantes que estão deslocados da sua área de residência, mas também os jovens que prestam serviço militar nas mesmas circunstâncias (Nico, 2009).

A saída de casa dos pais para ingressar no serviço militar parece mesmo proporcionar uma maior autonomia aos jovens adultos e ter impacto na qualidade da relação com os seus pais. Num estudo realizado com A.E. israelitas que entraram para o exército aos 18 anos, Mayseless e Hai (1998, *cit. in* Aquilino, 2006) mediram as relações com os pais 3 meses antes e 3 meses depois dos jovens se terem alistado. Verificaram que a entrada no serviço militar conduziu a sentimentos elevados de autonomia e melhores relações com os pais, existindo mais afeto e menos confrontação. A saída de casa por parte dos filhos, situação por vezes descrita de “*ninho vazio*”, pode levar a que pais e filhos forjem novas modalidades de interação. Também os estudantes que saem para estudar fora da sua área de residência, não coabitando por isso com os pais durante o período das aulas, descrevem também mais afeto, comunicação, satisfação e independência em relação aos pais do que o outro grupo de estudantes que não saíram de casa dos seus pais (Aquilino, 2006). Esta transição para uma situação designada de semi-autonomia parece fazer a diferença na relação entre pais e filhos uma vez que os jovens adultos, pelo menos do sexo feminino, que, depois de terminarem a faculdade, regressam a casa para viver com os pais, tendem a mencionar a existência de respeito mútuo em questões de independência, relatando ainda boas relações com os pais (Graber & Brooks-Gunn, 1996; *cit. in* Aquilino, 2006).

Regra geral, a saída de casa dos pais (devido à coabitação com parceiro ou matrimónio, à entrada no mercado de trabalho ou à entrada na faculdade) leva os A.E. a assumir papéis de adultos o que introduz mudanças positivas nas relações com os seus progenitores (Aquilino, 2006). Estes evidenciam, assim, o impacto positivo da autonomia residencial nas relações com a família da origem. Contudo, é de esperar que existam variações culturais neste processo. De facto, estudos europeus indicam que os jovens que permanecem em casa dos pais mostram-se satisfeitos com a situação, manifestando elevados níveis de autonomia na vida familiar, apesar de considerarem os pais como importante fonte de apoio económico e emocional (Chisholm & Hurrelman, 1995; *cit. in* Andrade, 2010).

#### *4.2 A (in)dependência económica e residencial*

Devido à situação económica, uma grande parte dos A.E. necessita em alguma medida do apoio parental para prosperar. Como foi referido, em muitas situações esse apoio consiste em prolongar a dependência residencial, prolongando assim a sua estadia em casa dos seus pais (Aquilino, 2006), um recurso imediato perante um futuro em construção (Guerreiro & Abrantes, 2005). Como já foi largamente sublinhado a extensão da duração média das carreiras escolares tem favorecido o prolongamento do período de coresidência e dependência de muitos jovens em relação às suas famílias de origem, pelo menos nos países industrializados (e.g., Aquilino 2006; Guerreiro & Abrantes, 2005; Pais, Cairns, & Pappámikail, 2005). Devido a estas modificações que atualmente se verificam na dinâmica familiar durante este período de transição, é possível que a independência em relação aos pais, sobretudo residencial e financeira, vá perdendo o seu peso enquanto marcador de transição para a idade adulta, em particular em sociedades mais familistas do sul da Europa, como é o caso de Portugal (Mendonça, 2007).

Na perspetiva dos jovens portugueses, a família parece funcionar como uma rede de apoio até que estes encontrem estabilidade no emprego. O apoio que recebem não é apenas de natureza instrumental (económica), mas também de natureza emocional (Pappámikail, 2004; *cit. in* Andrade, 2010). É verdade que habitar juntamente com os pais não significa necessariamente a existência de proximidade psicológica entre uns e outros (Oliveira, 2010), contudo, torna quase inevitável que se assista nos dias de hoje a uma negociação constante a respeito dos papéis na família. Os jovens adultos permanecem em casa dos pais reivindicando apoio e ao mesmo tempo autonomia. Por isso, é pouco frequente que os pais

intervenham nas escolhas pessoais, profissionais ou educacionais que os jovens adultos realizam, optando por manter o apoio, de forma “*a garantir que os filhos invistam na aquisição de competências de natureza escolar, profissional e relacional*”, que lhes possibilitem estar capazes para a vida de adulta (Pappámikail, 2004; *cit. in* Andrade, 2010, p. 260).

O apoio financeiro pode incluir pagamento da faculdade, pagamento da habitação quando o A.E. estuda longe de casa, entre outras necessidades económicas que este possua (Aquilino, 2006). Os jovens dos países do norte da Europa tendem a valorizar a sua independência residencial, sendo que o contrário se observa nos países do sul (Andrade, 2010). Para além das diferenças dos valores culturais, também a estrutura de emprego pode ajudar a compreender estas diferenças: as dificuldades de emprego são um fator importante para o prolongamento da coabitação. Assim, nos países europeus que partilham problemas de desemprego ou emprego precário, maioritariamente do sul, observa-se um aumento da dependência residencial e financeira, ou de alternância de períodos de dependência e independência, pela parte dos jovens em relação à família de origem (Guerreiro & Abrantes, 2007).

Segundo Martins, Mauratti e Costa (2005) em Portugal é comum que os jovens, mesmo quando iniciam alguma experiência profissional, tendam a permanecer em casa dos pais por mais alguns anos. Esta situação poderá ser exacerbada na conjuntura económica que o país atravessa. Efetivamente, em 2004 em Portugal, a população independente, do ponto de vista habitacional, com idades entre os 20 e os 34 anos, era apenas de cerca de 4,6% sendo que destes cerca de 70% mencionaram que o seu trabalho não era nada seguro ou o era apenas em parte (Nico, 2007; *cit. in* Monteiro, Tavares, & Pereira, 2009). As dificuldades no mercado de trabalho e a escassez de apoios sociais não permitem, por vezes, aos jovens terem uma vida económica independente (Monteiro, *et al.*, 2009). Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) relativos ao primeiro trimestre deste ano, permitem constatar que a taxa de desemprego situava-se nos 36,2% para jovens entre os 15 e os 24 anos, quando no período homólogo do ano de 2011 era de 27,8%. Em relação ao grupo etário entre os 25 e 34 anos, verifica-se uma taxa de desemprego de 16,9% contrapondo com uma taxa de 14% referente ao período homólogo do ano anterior. Verifica-se assim um agravamento do desemprego jovem, o que torna ainda mais provável a dependência residencial e financeira.

No entanto, mesmo os jovens que têm uma profissão bem remunerada que lhes possibilitaria viver de forma independente, preferem permanecer em casa dos pais, pois



assim não têm gastos com a alimentação e com a habitação, por exemplo. Esses recursos são aplicados em atividades de lazer que os permite viver uma vida melhor do que se vivessem financeiramente independentes (Andrade, 2010). Para os jovens adultos de famílias de N.S.E mais elevado, este pode ser na realidade um tempo de grande exploração e liberdade podendo, por exemplo, realizar viagens, ou investir em formação pós-graduada (Richard, *et al.*, 2010). Neste contexto, os jovens parecem fazer uma escolha racional ao permanecerem dependentes a nível residencial em relação aos pais, sendo esta escolha baseada numa perspetiva funcional, atribuindo mais valor ao seu próprio bem-estar “*em detrimento da autonomia*” (Cavalli, 1997; *cit. in* Andrade, 2010, p. 259).

## **Capítulo II - Estudo empírico**

## *1. Objetivos, variáveis e hipóteses de estudo*

### *1.1. Objetivos*

Com a realização do nosso estudo pretende-se:

- (i) Avaliar as diferenças em função das variáveis contexto (civil e militar) e ocupação (estudante, trabalhador-estudante e trabalhador), na qualidade da relação com o pai e com a mãe (apoio, cuidado, satisfação, conflito e criticismo), independência (funcional e conflitual em relação ao pai e à mãe e financeira em relação a ambos os pais), maturidade filial (compreensão) e resolução da identidade adulta dos A.E.
- (ii) Avaliar o valor preditivo das variáveis demográficas (idade, género, contexto – civil ou militar, estatuto ocupacional – estudante ou trabalhador e nível socioeconómico) e psicológicas (maturidade filial e resolução da identidade adulta, qualidade da relação e independência em relação aos pais) em relação ao estatuto de identidade adulta e maturidade filial.

### *1.2. Variáveis*

O estudo diferencial realizado tem, por conseguinte, como variáveis independentes: (1) contexto (militar e civil) e (2) ocupação (estudante, trabalhador-estudante e trabalhador).

As variáveis dependentes são: (1) qualidade da relação com pai e com a mãe (2) independência em relação aos pais (3) maturidade filial e (4) estatuto de identidade adulta.

### *1.3 Hipóteses*

Tendo em conta os objetivos propostos, seguem-se as hipóteses de investigação formuladas:

Diferenças em função do contexto (civil, militar)

H1: *Os A.E. militares recorrem menos ao apoio do pai e da mãe do que os A.E. civis.*

H2: *Os A.E. militares cuidam mais do pai e da mãe do que os A.E. civis.*

H3: *Os A.E. militares sentem-se mais satisfeitos com a sua relação com o pai e mãe do que os A.E. civis.*

H4: *Os A.E. militares apresentam valores mais baixos de conflito com o pai e mãe do que os A.E. civis.*

H5: *Os A.E. militares percebem valores mais baixos de criticismo pela parte do pai e da mãe do que os A.E. civis.*

H6: *Os A.E. militares apresentam níveis mais elevados de independencia funcional e conflitual em relação ao pai e à mãe do que os A.E. civis.*

H7: *Os A.E. militares apresentam níveis mais elevados de independência financeira em relação a ambos os pais do que A.E. civis.*

H8: *Os A.E. militares apresentam valores mais elevados de compreensão em relação a ambos os pais do que os A.E. civis.*

H9: *Os A.E. militares apresentam níveis mais elevados de resolução de identidade adulta do que os A.E. civis.*

Diferenças em função da ocupação (estudante, trabalhador-estudante e trabalhador)

H10: *Os A.E. trabalhadores e os trabalhadores-estudantes recorrem menos ao apoio do pai e da mãe do que os A.E. estudantes.*

H11: *Os A.E. trabalhadores e os trabalhadores-estudantes cuidam mais do pai e da mãe do que os os A.E. estudantes.*

H12: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam valores mais elevados de satisfação na relação com o pai e com a mãe do que os A.E. estudantes.*

H13: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam valores mais baixos de conflito com o pai e com a mãe do que os A.E. estudantes.*

H14: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes percebem valores mais baixos de criticismo do pai e da mãe do que os A.E. estudantes.*

H15: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam níveis mais elevados de independência funcional e conflitual em relação ao pai e à mãe do que os A.E. estudantes*

H16: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam níveis mais elevados de independência financeira em relação a ambos os pais do que os A.E. estudantes.*

H17: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam valores mais elevados de compreensão em relação a ambos os pais que os A.E. estudantes.*

H18: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam níveis de resolução da identidade adulta superiores aos A.E. estudantes.*

## **2. Método**

### **2.1 Participantes**

De forma a ter acesso aos participantes (militares e civis, estudantes, trabalhadores-estudantes e trabalhadores), solicitou-se a colaboração de várias instituições militares e civis. Trata-se de uma amostra por conveniência constituída por A.E. militares a exercer as suas funções nos quartéis do Grande Porto e A.E. civis a frequentar instituições do Ensino Superior, de formação ou a trabalhar na zona norte do país.

A amostra é composta por 112 (34,7%) militares e 211 (65,3%) civis, totalizando 323 participantes. Relativamente à ocupação dos sujeitos foi realizada uma distribuição por três grupos, sendo que 108 (33,4%) são estudantes, 113 (35%) são trabalhadores e 102 (31,6%) trabalhadores-estudantes. Analisando a ocupação dos sujeitos em função do contexto, verifica-se que na amostra civil 51,2% são estudantes 20,9% trabalhadores e 28% são trabalhadores-estudantes. Na amostra militar, naturalmente não existem participantes que sejam apenas estudantes, sendo 61,6% são trabalhadores e 38,4% trabalhadores-estudantes. Verifica-se, assim, uma associação entre contexto e ocupação ( $\chi^2 = 94,58$ ,  $p = ,00$ ).

Relativamente ao género, 82,1% dos militares são do sexo masculino, percentagem bastante mais elevada que a verificada no contexto civil relativa ao mesmo sexo, (32,7%). Desta forma, facilmente se percebe que existe associação entre as variáveis contexto (civil e militar) e o género dos participantes ( $\chi^2 = 71,54$ ,  $p = ,00$ ). Relativamente à variável idade

em torno dos diferentes tipos de ocupação verificou-se que a maior parte dos estudantes (62%) são do sexo feminino. Quanto aos trabalhadores-estudantes 46,1% são do sexo masculino e 53,9% do sexo feminino. No que concerne aos trabalhadores, a percentagem mais significativa (64,6%) são do sexo masculino. Assim se verificou, também, uma associação entre as variáveis ocupação (estudantes, trabalhadores-estudantes e trabalhadores) e o género dos participantes ( $\chi^2 = 16,52$ ,  $p = ,00$ ).

Em relação às habilitações literárias dos participantes, estas foram agrupadas em três grupos: habilitações literárias até ao 9º ano, ensino secundário e ensino superior. Em relação ao contexto, na amostra civil, constatou-se que a maior parte, (71,1%) têm um curso superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento), enquanto na amostra militar, a maioria possui o 12º ano (54,5%). Assim foi também encontrada associação entre as variáveis habilitações literárias e contexto ( $\chi^2 = 120,42$ ,  $p = ,00$ ). Relativamente à idade nos diferentes tipos de ocupação, verificou-se que na amostra dos estudantes 73,1% têm um curso superior, percentagem que desce para 51% na amostra dos trabalhadores-estudantes e para 24,8% nos trabalhadores, sendo que neste último caso 41,6% têm o 12º ano. Assim foi também encontrada associação entre as variáveis habilitações literárias e ocupação ( $\chi^2 = 54,53$ ,  $p = ,00$ ).

Quanto às idades dos participantes estão compreendidas entre os 18 e os 30 anos, registando-se uma média de idades de 22,99 anos ( $DP = 2,99$ ). Sendo dividida em três grupos verificou-se que 44% dos sujeitos têm entre 18 e 21 anos, 29,1% têm entre 22 a 24 anos e 26,9% entre os 25 e 30 anos. Analisando separadamente a amostra civil e militar verifica-se que cerca de metade dos participantes civis (48,8%) têm entre 18 a 21 anos contrastando com os 34,8% na amostra dos militares, verificando-se assim uma associação entre a idade e contexto ( $\chi^2 = 5,93$ ,  $p = ,05$ ). Relativamente à idade nos diferentes tipos de ocupação verificou-se que quanto aos estudantes, 78,7% têm entre 18 a 21 anos, percentagem que desce para 32,7% em relação aos trabalhadores e mais ainda, 19,6% em relação aos trabalhadores-estudantes. Verificou-se de igual forma associação entre idade e ocupação dos participantes ( $\chi^2 = 95,41$ ,  $p = ,00$ ).

Relativamente ao N.S.E, aferido através das questões “profissão e habilitações literárias do pai e da mãe”, foi agrupado em três níveis: N.S.E baixo ou médio baixo, N.S.E médio e N.S.E médio alto ou alto. No que concerne ao N.S.E nos diferentes contextos averiguou-se que a maior parte dos civis são de N.S.E baixo ou médio baixo (51,7%), no entanto esta percentagem sobe para 64,3% na amostra militar. Verificou-se, assim, que também o N.S.E e o contexto se encontram associados ( $\chi^2 = 14,41$ ,  $p = ,00$ ). Relativamente à

ocupação constatou-se que 67,6% dos trabalhadores-estudantes são de N.S.E baixo ou médio baixo, percentagem que desce para 56,6% na amostra dos trabalhadores e para 44,4% nos estudantes, tendo-se igualmente verificado uma associação entre N.S.E e ocupação dos participantes ( $\chi^2 = 17,15$ ,  $p = ,00$ ).

Relativamente ao estado civil em ambos os contextos, 83,4%, dos A.E. na amostra civil são solteiros, percentagem que sobe para 88,4% na amostra dos militares. Assim não é de estranhar que a maioria dos civis e militares coabitem com os pais: 60,2% dos civis assinalaram que residem com os pais, sendo a percentagem mais baixa no grupo dos militares (35,7%); neste caso, uma parte significativa considera que vive com os amigos (28,6%), provavelmente para descrever a situação de residir no quartel durante a semana, sendo que a casa dos pais continua a ser a referência para a residência habitual.

No que diz respeito ao estado civil, nos diferentes tipos de ocupação, observaram-se percentagens de solteiros na ordem dos 95,4%, 79,4% e 80,5%, nos grupos de estudantes, trabalhadores-estudantes e trabalhadores, respetivamente. Em relação aos estudantes, 70,4% considera que vive com os pais, percentagem mais elevada que a verificada no grupo dos trabalhadores-estudantes (39,2%) e trabalhadores (45,1%). Nestes dois casos, uma parte significativa considera que vive a maior parte do tempo com os amigos (19,6% e 20,4% respetivamente).

## 2.2. Instrumentos

De seguida, apresentam-se as características e qualidades psicométricas de cada um dos instrumentos selecionados.

### 2.2.1. *Network of Relationships Inventory/Inventário de Rede de Relacionamentos*

O Inventário da Rede de Relacionamentos foi criado por Furman e Buhrmester em 1985 (Furman & Buhrmester 1992). Os autores avaliaram a perceção de suporte relativamente aos pais, amigos e namorados em sujeitos dos 9 aos 19 anos e perceberam que as formas de suporte que o instrumento avaliava estavam altamente correlacionadas. O coeficiente de consistência interna encontrado para os diferentes níveis de ensino em que o inventário foi aplicado ronda os ,81 (Furman & Buhrmester, 1992).

Tendo em conta os objetivos deste estudo, avaliar a qualidade de relação entre os A.E. e os seus pais, optou-se por selecionar 2 dimensões que avaliam as interações negativas - conflito e criticismo - e 3 dimensões que avaliam as interações positivas ou de

suporte - proteção/cuidado, satisfação e apoio (cf. Anexo 1.a). Desta maneira não foram alvo de análise as escalas companheirismo, admiração/reconhecimento e intimidade, relacionadas com interações positivas, e dominância, relacionada com interações familiares negativas. Os itens incluídos em cada uma das dimensões foram classificados pelos A.E. numa escala tipo likert de 6 pontos, desde “1 - nunca” a “6- sempre”.

Para aferir o poder discriminativo dos itens, calculámos as percentagens das escolhas de cada uma das alternativas de resposta. Nas diferentes escalas selecionadas para o nosso estudo – cuidado prestado, apoio percebido, satisfação com a relação, conflito e criticismo em relação ao pai e à mãe – como se pode observar nas tabelas (cf. Tabela 1 e 2) relativas à percentagem de respostas, não se registaram alternativas que reunissem um número superior a 70%. A análise fatorial em componentes principais revelou que os itens se distribuíram de acordo com o que era esperado (configuração original). No caso da relação com o pai (cf. Tabela 3), os cinco fatores explicam no seu conjunto 80,04% da variância das respostas, e no caso da relação com a mãe os cinco fatores explicam no seu conjunto 78,11% da variância das respostas (cf. Tabela 4). Na análise da consistência interna, recorreu-se ao alfa de Cronbach, tendo-se obtido valores de consistência bastante satisfatórios para todos os casos: de ,87 quando o cuidado era direcionado para o pai e de ,84 quando direcionado para a mãe, de ,86 quando os A.E. recorrem ao apoio do pai e de ,82 quando recorrem ao da mãe, de ,94 na satisfação da relação com o pai e de ,93 na satisfação da relação com a mãe, de ,80 quando o conflito estava relacionado com o pai e ,82 quando estava relacionado com a mãe e finalmente de ,82 tanto para o criticismo percebido pela parte do pai como pelo criticismo percebido pela parte da mãe.

### 2.2.2. *Psychological Separation Inventory/Inventário de Separação Psicológica*

O Inventário de Separação Psicológica (PSI), criado por Hoffman (1984; cit. in Santos, 2001), é um instrumento multidimensional de avaliação da separação psicológica face às figuras parentais, que inclui quatro tipos distintos de independência: conflitual, funcional, emocional e ideológica. Tendo em conta os objetivos deste estudo, apenas se fez uso das escalas relativas à independência funcional e conflitual (cf. Anexo 1.b).

A independência conflitual descreve a “*ausência de culpa, ansiedade, desconfiança, raiva, inibição ou ressentimento relativamente às figuras parentais*”. A independência funcional refere-se à “*capacidade de lidar de forma autónoma com os assuntos pessoais, sem necessitar de assistência parental*” (Santos, 2001, p. 289). Na versão original deste instrumento, a consistência interna das subescalas variou entre, 84 e ,92 e a fidelidade



teste-reteste variou entre ,49 e ,94 para o grupo masculino e entre ,70 e ,96 para o grupo feminino, (Hoffman, 1984; *cit. in* Santos, 2001). As correlações entre as várias subescalas relativas ao pai e à mãe apresentaram ainda resultados elevados que oscilaram entre ,71 e ,91.

O PSI foi adaptado à população portuguesa por Almeida, Dias e Fernandes (1996; *cit. in* Santos, 2001). Os investigadores constataram que todas as escalas evidenciaram bons níveis de consistência interna, variando entre ,82 e ,89. Numa investigação realizada por Dias (1996; *cit. in* Santos, 2001) verificou-se que as correlações entre as escalas materna e paterna foram moderadamente elevadas variando entre ,52 e ,64.

As respostas aos itens variam numa escala de 6 pontos, desde “1-nunca” a “6-sempre”. Neste estudo, como se pode verificar pela observação das percentagens de resposta, quer para o pai (*cf.* Tabela 5) quer para a mãe (*cf.* Tabela 6), não existem alternativas de resposta que reúnam mais de 70% das opções de resposta, tanto para a escala da independência funcional, como para a escala da independência conflitual. Relativamente à análise fatorial (*cf.* Tabela 7), os dois fatores explicam no seu conjunto 48,82% da variância das respostas em relação ao pai, enquanto em relação à mãe (*cf.* Tabela 8), explicam 48,41% da variância das respostas. De forma semelhante ao estudo original e à adaptação para a população portuguesa, foram encontrados bons níveis de consistência interna: ,82 e ,80 para a escala de independência funcional em relação ao pai e à mãe respetivamente e de ,81 e ,83 para a escala de independência conflitual em relação ao pai e à mãe respetivamente.

### 2.2.3. *Filial Maturity Scale /Escala de Maturidade Filial*

Birditt e colaboradores (2008) desenvolveram a Escala de Maturidade Filial para a avaliação empírica deste construto em duas dimensões distintas: distanciamento e a compreensão. O valor alfa obtido para a escala de distanciamento e de compreensão foi de ,76, sendo a correlação entre as escalas de -,33. Os autores realizaram três estudos, junto de uma amostra de adultos com idades compreendidas entre os 18 e 59 anos, para testarem as relações entre a maturidade filial e outros construtos de desenvolvimento: autoridade pessoal (capacidade para ter uma relação íntima e ao mesmo tempo individualizada com os pais), individuação e autonomia (Birditt *et al.*, 2008). Concluíram ainda que um elevado nível de compreensão e um moderado nível de distanciamento pode ser indicativo de um nível de maturidade filial mais elevado.

No presente estudo apenas se fez uso da escala relativa à compreensão (cf. Anexo 1.c). A escala de resposta é de 6 pontos, variando de “1 = Discordo totalmente” até “6 = Concordo totalmente”.

Em relação ao poder discriminativo dos itens não se registaram alternativas que reunissem um número superior a 70% de percentagem de resposta (cf. Tabela 9). Estes itens apresentam também saturações elevadas no fator, explicando 49,87% da variância das respostas (cf. Tabela 10). Porém, importa referir que nos vimos obrigados a retirar os itens 6, 12 e 20, por contribuírem para uma diminuição significativa da consistência interna. Retirados estes itens, obteve-se um valor alfa bastante satisfatório de ,87.

#### *2.2.4. Multigenerational Interconnectedness Scale/Escala de Inter-Relação Multigeracional*

A Escala de Inter-relação Multigeracional permite a avaliar a interdependência relacional entre os jovens e a sua família, nomeadamente nos domínios emocional, financeiro e funcional. Estas subescalas de inter-relações podem ser encaradas como parte do processo de individuação (Dwairy, 2003).

Tendo em conta os objetivos deste estudo como complementaridade das escalas incluídas de qualidade da relação e de separação psicológica, apenas se fez uso da escala de inter-relação financeira (cf. Anexo 1.d), que se refere à dependência monetária entre os membros da família.

A utilização deste instrumento tem reportado correlações inter-item que variam entre ,29 e ,57 indicando, no geral, uma coesão entre os itens da escala. O coeficiente de consistência interna para a escala total foi de ,87 e, para os fatores emocionais, financeiros e funcionais, de ,84, ,86, e ,82, respetivamente (Gavazzi & Sabatelli 1987, 1988, *cit. in* Dwairy, 2003). Neste estudo, pela observação das percentagens de respostas (cf. Tabela 11) verificou-se que nesta escala não se registaram alternativas que reunissem um número superior a 70% das respostas. Todos os itens saturam de forma satisfatória o fator, explicando 56,64% da variância das respostas (cf. Tabela 12) e nenhum deles contribui para diminuir a consistência interna da escala que apresenta um valor de ,84.

#### *2.3.5. Identity Stage Resolution Index/Índice de Resolução de Identidade Adulta*

O Índice de Resolução da Identidade Adulta é constituído na sua totalidade por 6 itens baseados em marcadores da identidade que permitem perceber em que grau os A.E. se sentem como adultos e o quanto são reconhecidos como tal pela sociedade (Côté, 2006).

Trata-se de uma escala destinada a aferir o grau de resolução da identidade adulta que é composta por 2 fatores: a “*Adult Identity Resolution Scale*” (AIRS) e a “*Societal Identity Resolution Scale*” (SIRS) (Côté, 2006, p. 98). O primeiro destinado “a captar a percepção de já se ser adulto” e o segundo para “captar a percepção de já se possuir uma identidade socialmente integrada” (Oliveira, p. 33). A adaptação deste instrumento à população portuguesa foi realizado por Oliveira (2008) sendo que o item “*I feel respected by others as an adult*” foi “desdobrado em dois”, para distinguir os “outros”, que são membros da família, dos “outros” em geral (Oliveira, 2008, p. 33). No estudo original, os sujeitos foram avaliados por estes dois fatores em três tempos diferentes, 17-20 anos, 20-23 anos e 26-29 anos. De acordo com as idades respetivas o valor de alfa para o fator AIRS foi de ,77; ,75 e ,69. Para o fator SIRS o valor de alfa foi de ,64; ,71 e ,75 respetivamente (Côté, 2006). No contexto português foram encontrados valores de alfa de ,67 para o fator AIRS e ,84, para o fator SIRS, sendo o valor de alfa para o índice de resolução da identidade adulta, composto por estes dois fatores, de ,80 (Oliveira, 2008).

Neste estudo, tendo em consideração a aferição da escala para Portugal, foram usados os quatro itens melhores ajustados, dois itens do fator AIRS e dois do fator SIRS (cf. Anexo 1.e). A escala de resposta é, como nos restantes casos, de 6 pontos, variando de “1 = Discordo totalmente” e “6 = Concordo totalmente”.

Analizando o poder discriminativo dos itens da escala, pode-se verificar pela observação das percentagens de resposta (cf. Tabela 13) que neste estudo, não existem alternativas que reúnam um número superior a 70%. Todos os itens saturam de forma satisfatória o fator, explicando 73,64% da variância das respostas (cf. Tabela 14), obtendo-se um valor de alfa de ,88.

### 2.3.6. Questionário sociodemográfico

O questionário sociodemográfico (cf. Anexo 1.f) foi desenvolvido de forma a permitir recolher as informações demográficas, nomeadamente as que são necessárias à caracterização das variáveis independentes da amostra. O género, a idade, ocupação, habilitações académicas do sujeito e dos seus pais e a profissão dos progenitores, foram algumas das informações solicitadas neste questionário. As variáveis independentes presentes neste questionário permitiram posteriormente realizar uma análise diferencial.

As questões foram de resposta fechada, com a exceção da questão final, em que os participantes eram convidados a registar a sua opinião sobre o tema em estudo.

### *3. Procedimento de recolha de dados*

Para se proceder à recolha de dados, foram contactadas instituições militares e civis, solicitando o acesso a participantes com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos em ambos os contextos, civil e militar e com 3 tipos de ocupações: estudantes, trabalhadores-estudantes e trabalhadores. Aquando do pedido de colaboração, foi explicado o objetivo e o procedimento de colaboração geral do estudo. Para a recolha dos dados em contexto militar, foi solicitada a autorização junto do Comando de Instrução e Doutrina do Exército tendo o Gabinete do Tenente-General Comandante através do Exmo. Coronel de Infantaria dado o seu parecer positivo (*cf.* Anexo 2).

Os dados foram recolhidos em três instituições militares. O Prédio Militar da Av. de França, a Escola Prática de Transmissões, onde o autor desta dissertação foi militar e no Regimento de Artilharia nº 5. Neste caso saiu inclusive na ordem de serviço do Regimento a hora e dia em que o administrador iria estar presente para que os militares, de forma voluntária, pudessem comparecer numa sala destinada para o efeito para preencherem o questionário. Os dados relativos aos adultos emergentes civis foram selecionados da amostra recolhida no âmbito do estudo de doutoramento de Marina Mendonça. A administração foi feita de modo individual, nalguns casos, e coletiva, noutros. Em todas as situações, os investigadores realizaram uma breve exposição dos objetivos do estudo e do modo de preenchimento do questionário, sendo assegurados pelos mesmos a confidencialidade e anonimato das respostas. O preenchimento do questionário teve uma duração média de cerca de 25 minutos.

## **Capítulo III – Resultados**

## *1. Resultados e tratamento de dados*

De seguida serão apresentados os resultados de acordo com as hipóteses previamente definidas. Os resultados serão organizados de acordo com os seguintes tópicos: (1) diferenças em função do contexto e (2) diferenças em função da ocupação. Para o tratamento dos dados recorreu-se ao SPSS. Para a análise das diferenças em função do contexto utilizou-se o teste T-Student para amostras independentes e para a análise em função da ocupação recorreu-se à One way Anova, visto existirem três grupos de comparação. Para a análise da relação entre variáveis, realizaram-se testes de correlação de Pearson e, para cálculo do poder preditivo das variáveis para a maturidade filial e resolução de identidade adulta, realizaram-se análises de regressão múltipla com o método sequencial (*Stepwise*).

Para melhor compreensão dos resultados relativos às independências - funcional conflitual e financeira - relativa aos pais, torna-se fundamental esclarecer que resultados mais elevados de independência devem ser interpretados como dependências, dado que valores mais elevados são indicativos de maior nível de dependência.

### *1.1. Diferenças em função do contexto (civil, militar)*

*H1: Os A.E. militares recorrem menos ao apoio do pai e da mãe do que os A.E. civis.*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, foi possível determinar diferenças estatísticas significativas nas médias em relação ao apoio pedido à mãe [ $t(321)=3,00$   $p=,00$ ] mas não em relação ao apoio pedido ao pai [ $t(321)=-,41$   $p=,68$ ]. A diferença encontrada, permitiu determinar que os A.E. civis ( $M=4,30$ ;  $DP=1,11$ ) revelaram uma tendência superior aos A.E. militares ( $M=3,87$ ;  $DP=1,30$ ) para recorrerem ao apoio da mãe. Desta forma H1 foi parcialmente confirmada.

*H2: Os A.E. militares cuidam mais do pai e da mãe do que os A.E. civis.*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, não foram encontradas diferenças estatísticas significativas nas médias em relação ao cuidado dado ao pai [ $t(321)=-,97$   $p=,33$ ], nem ao cuidado dado à mãe [ $t(321)=-,58$   $p=,56$ ]. Assim não foi possível confirmar H2.

H3: *Os A.E militares sentem-se mais satisfeitos com a sua relação com o pai e mãe do que os A.E civis.*

À semelhança da hipótese anterior, não foi possível encontrar diferenças estatísticas significativas nas médias na satisfação da relação com o pai [ $t(321)=-1,34$   $p=,18$ ], nem na satisfação da relação com a mãe [ $t(321)=,53$   $p=,60$ ]. Desta forma não foi possível confirmar H3.

H4: *Os A.E. militares apresentam valores mais baixos de conflito com o pai e mãe do que os A.E. civis.*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, foi possível determinar diferenças estatísticas significativas nas médias em relação ao conflito com o pai [ $t(321)=2,21$   $p=,03$ ] mas não em relação ao conflito com a mãe [ $t(321)=,06$   $p=,95$ ]. Esta diferença permitiu determinar que os A.E. militares ( $M=3,04$ ;  $DP=1$ ) revelaram uma tendência inferior aos A.E. civis ( $M=3,31$ ;  $DP=1,06$ ) para terem relações conflituosas com o pai. Desta forma H4 foi parcialmente confirmada.

H5: *Os A.E. militares percebem valores mais baixos de criticismo pela parte do pai e da mãe do que os A.E. civis.*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, foi possível observar diferenças estatísticas significativas nas médias do criticismo em relação ao pai [ $t(321)=1,98$   $p=,05$ ], mas não em relação à mãe [ $t(321)=,54$   $p=,59$ ]. Esta diferença permitiu determinar que os A.E. militares ( $M=2,43$ ;  $DP=1,14$ ) revelaram uma tendência inferior aos A.E. civis ( $M=2,69$ ;  $DP=1,15$ ) para perceberem críticas do pai. Desta maneira H5 foi parcialmente confirmada.

H6: *Os A.E. militares apresentam níveis mais elevados de independência funcional e conflitual em relação ao pai e à mãe do que os A.E. civis.*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, foram verificadas diferenças significativas nas médias de independência funcional quer em relação ao pai [ $t(321)=2,21$   $p=,03$ ], quer em relação à mãe [ $t(321)=4,41$   $p=,00$ ]. Estas diferenças permitiram determinar que os A.E. militares ( $M=2,83$ ;  $DP=1,00$ ) revelaram uma tendência inferior aos A.E. civis ( $M=3,10$ ;  $DP=1,03$ ) para recorrerem ao pai para resolverem os seus assuntos pessoais. Da mesma forma, os A.E. militares ( $M=2,93$ ;  $DP=,98$ ) revelaram uma tendência inferior aos A.E. civis ( $M=3,42$ ;  $DP=,94$ ) para recorrerem à ajuda da mãe. Deste

modo, os A.E. civis são mais dependentes funcionalmente do pai e da mãe do que os A.E. militares.

Quanto à independência conflitual, foram observadas diferenças significativas em relação ao pai [ $t(321)=2,36$   $p=0,02$ ], mas não em relação à mãe [ $t(321)=,68$   $p=,50$ ]. Os A.E. militares ( $M=2,28$ ;  $DP=1,06$ ) revelaram uma tendência inferior aos A.E. civis ( $M=2,55$ ;  $DP=,97$ ) para sentirem ansiedade, desconfiança, raiva, inibição ou ressentimento em relação ao pai. Os A.E. civis revelaram, assim, uma dependência conflitual superior em relação ao pai quando comparados com os A.E. militares.

*H7: Os A.E. militares apresentam níveis mais elevados de independência financeira em relação a ambos os pais do que A.E. civis*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, foi possível encontrar diferenças nos níveis de independência financeira [ $t(291,83)=7,37$   $p=,00$ ]. Esta diferença permitiu determinar que os A.E. militares ( $M=2,71$ ;  $DP=,96$ ) revelaram uma tendência inferior aos A.E. civis ( $M=3,66$ ;  $DP= 1,33$ ) para recorrerem financeiramente ao apoio dos pais. Desta forma os A.E. civis mostraram-se mais dependentes financeiramente dos seus pais quando comparados com os A.E. militares, confirmando-se H9.

*H8: Os A.E. militares apresentam valores mais elevados de compreensão em relação a ambos os pais do que os A.E. civis.*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, não foram encontradas diferenças significativas em relação à compreensão dos A.E. civis e militares para com os seus pais [ $t(321)=,03$   $p=,97$ ]. Assim, a hipótese H8 não foi confirmada.

*H9: Os A.E. militares apresentam níveis mais elevados de resolução de identidade adulta do que os A.E. civis.*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, foi possível encontrar diferenças significativas no estatuto da identidade adulta [ $t(255,57)=-4,34$   $p=,00$ ]. Os A.E. militares ( $M=5,10$ ;  $DP=,81$ ) revelaram uma tendência superior aos A.E. civis ( $M=4,67$ ;  $DP=,93$ ) para se percepcionarem e serem reconhecidos como adultos. Desta forma, H10 foi confirmada.



## *1.2. Diferenças em função da ocupação (estudante, trabalhador e trabalhador-estudante)*

H10: *Os A.E. trabalhadores e os trabalhadores-estudantes recorrem menos ao apoio do pai e da mãe do que os A.E. estudantes.*

Recorrendo ao teste One-Way Anova, foi possível observar que esta hipótese não foi confirmada, uma vez que as diferenças encontradas não foram estaticamente significativas para o apoio recebido nem pelo pai [ $F(2, 320)=,03$ ,  $p=,97$ ], nem pela mãe [ $F(2, 320)=2,25$ ,  $p=,11$ ].

H11: *Os A.E. trabalhadores e os trabalhadores-estudantes cuidam mais do pai e da mãe do que os os A.E. estudantes.*

À semelhança da hipótese anterior, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em relação ao cuidado do pai [ $F(2, 320)=,13$ ,  $p=,88$ ] nem em relação ao cuidado da mãe [ $F(2, 320)=1,09$ ,  $p=,34$ ]. Portanto, a ocupação dos A.E. não parece ser um fator determinante na prestação de cuidado ao pai e à mãe.

H12: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam valores mais elevados de satisfação na relação com o pai e com a mãe do que os A.E. e estudantes.*

Esta hipótese também não foi confirmada, uma vez que as diferenças encontradas não foram estatisticamente significativas na satisfação da relação com o pai [ $F(2, 320)=1,63$ ,  $p=,20$ ] ou com a mãe [ $F(2, 320)=2,50$ ,  $p=,08$ ]. Desta maneira, a ocupação dos A.E. também não parece influenciar a satisfação com a relação que os A.E. mantêm com ambos os pais.

H13: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam valores mais baixos de conflito com o pai e com a mãe do que os A.E. estudantes.*

Fazendo uso do procedimento estatístico One-Way Anova, foi possível encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as médias em relação ao conflito com a mãe [ $F(2, 320)=5,58$ ,  $p=0,04$ ] mas não em relação ao conflito com o pai [ $F(2, 320)=2,49$ ,  $p=,09$ ]. Em relação ao conflito com a mãe, não existem diferenças estatísticas significativas entre os trabalhadores-estudantes e os estudantes, mas existem diferenças significativas entre os trabalhadores ( $M=2,98$ ;  $DP=1,03$ ), estudantes ( $M=3,27$ ;  $DP=,95$ ) e trabalhadores estudantes ( $M=3,43$ ;  $DP=1,04$ ). Assim, os A.E. trabalhadores tendem a

apresentar relações menos conflituosas com a sua mãe do que os estudantes e trabalhadores-estudantes. Desta forma, H14 foi parcialmente confirmada.

*H14: Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam valores mais baixos de criticismo do pai e da mãe do que os A.E. estudantes.*

Fazendo uso do procedimento estatístico One-Way Anova, foi possível encontrar diferenças estatísticas significativas entre as médias no criticismo tanto em relação ao pai [ $F(2, 320)=3,58, p=,03$ ] como em relação à mãe [ $F(2, 320)=7,89, p=,00$ ]. Observou-se uma superioridade do criticismo percebido pela parte dos trabalhadores-estudantes tanto pela parte do pai, como da mãe [( $M=2,85$ ;  $DP=1,12$ ); ( $M=2,98$ ;  $DP=1,18$ )] quando comparados com os trabalhadores [( $M=2,46$ ;  $DP=1,16$ ); ( $M=2,44$ ;  $DP=1,13$ )] e estudantes [( $M=2,51$ ;  $DP=1,14$ ); ( $M=2,46$ ;  $DP=1,03$ )] Estes resultados não permitem confirmar H15, uma vez que os trabalhadores-estudantes revelaram uma tendência superior para serem alvo de críticas do pai e da mãe quando comparados com os estudantes e trabalhadores, não se verificando simultaneamente diferenças significativas entre trabalhadores e estudantes.

*H15: Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam níveis mais elevados de independência funcional e conflitual em relação ao pai e à mãe do que os A.E. estudantes*

Fazendo uso do procedimento estatístico One-Way Anova, foi possível encontrar diferenças estatísticas significativas entre as médias de independência funcional relativa ao pai [ $F(2, 320)=5,08, p=0,01$ ] e relativa à mãe [ $F(2, 320)=17,39, p=,00$ ]. No que diz respeito à independência funcional em relação ao pai, foram apenas observadas diferenças entre os grupos de trabalhadores ( $M=2,79$ ;  $DP=1,05$ ) e estudantes ( $M=3,22$ ;  $DP=1,02$ ), sendo que são estes últimos os mais dependentes do pai.

No que diz respeito à independência funcional em relação à mãe, foram observadas diferenças significativas entre todos os grupos, apresentando os trabalhadores ( $M=2,93$ ;  $DP=1,03$ ) uma dependência inferior aos trabalhadores-estudantes ( $M=3,19$ ;  $DP=,88$ ) e estes uma dependência inferior aos estudantes ( $M=3,66$ ;  $DP=,87$ ), sendo também os estudantes os mais dependentes das suas mães. A análise efetuada permite verificar que a condição de estudante, parece ser a responsável pela maior dependência funcional, ou seja, pela tendência mais elevada para se recorrer à ajuda do pai e da mãe para resolver os

problemas pessoais, uma vez que são os A.E. trabalhadores os mais independentes funcionalmente dos seus pais.

Em relação à independência conflitual, foi possível encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as médias em relação ao pai [ $F(2, 320)=5,61, p=,00$ ] e em relação à mãe [ $F(2, 320)=4,97 p=,01$ ]. Em ambos os casos, em relação ao pai e à mãe respetivamente, foram observadas diferenças significativas entre os valores de independência conflitual dos trabalhadores [( $M=2,20$ ;  $DP=1,00$ ); ( $M=2,20$ ;  $DP=,98$ )], por um lado, e os estudantes [( $M=2,62$ ;  $DP=,96$ ); ( $M=2,50$ ;  $DP=,95$ )] e trabalhadores-estudantes [( $M=2,56$ ;  $DP=1,02$ ); ( $M=2,61$ ;  $DP=1,05$ )], por outro.

A análise realizada permite verificar que os A.E. trabalhadores são mais independentes conflitualmente do pai e da mãe do que os A.E. trabalhadores-estudantes e estudantes; estes dois grupos revelaram uma tendência superior para sentirem ansiedade, desconfiança, raiva, inibição e ressentimento tanto em relação ao pai, como em relação à mãe.

*H16: Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam níveis mais elevados de independência financeira em relação a ambos os pais do que os A.E. estudantes.*

Fazendo uso do procedimento estatístico One-Way Anova, foi possível encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as médias de independência financeira [ $F(2,320)=84,71, p=,00$ ]. Foram observadas diferenças entre os estudantes ( $M=4,40$ ;  $DP=1,09$ ), por um lado, e os trabalhadores ( $M=2,76$ ;  $DP=1,03$ ) e trabalhadores-estudantes ( $M=2,82$ ;  $DP=1,02$ ), por outro. Como esperado, a condição de “trabalhador” é fundamental para promover uma maior independência financeira. Assim os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes são significativamente mais independentes financeiramente dos seus pais do que os A.E. estudantes, conforme o previsto em H16.

*H17: Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam valores mais elevados de compreensão em relação a ambos os pais que os A.E. estudantes.*

Esta hipótese não foi confirmada, uma vez que as diferenças encontradas não são estatisticamente significativas [ $F(2, 320)=,33 p=,72$ ]. Desta maneira, a ocupação dos A.E. não parece influenciar a maturidade filial, no domínio da compreensão.

H18: *Os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes apresentam níveis de resolução da identidade adulta superiores aos A.E. estudantes.*

Fazendo uso do procedimento estatístico One-Way Anova, foi possível encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as médias relativas ao estatuto de identidade adulta [ $F(2, 320)=19,43, p=,00$ ]. Foram observadas diferenças significativas entre estudantes ( $M=4,40; DP=,91$ ), trabalhadores  $M=5,07; DP=,81$ ) e trabalhadores-estudantes ( $M=4,98; DP=,87$ ). Os resultados encontrados permitem confirmar H20. Desta forma, ser “trabalhador” parece ser decisivo para o estatuto de identidade adulta, uma vez que os A.E. trabalhadores e trabalhadores-estudantes percebem-se e são reconhecidos pelos outros como sendo mais adultos do que os A.E. estudantes.

### *1.3. Resultados complementares*

Embora, não sejam variáveis incluídas nas hipóteses formuladas, considerou-se pertinente apresentar alguns resultados complementares relativos às diferenças em função de variáveis demográficas que estão associadas ao contexto e à ocupação, conforme o descrito na caracterização da amostra. Apresentam-se, por conseguinte, de seguida, os resultados relativos às diferenças em função do género, idade, habilitações académicas e N.S.E dos participantes. Estes resultados podem permitir compreender melhor as diferenças encontradas em função do contexto e ocupação.

#### *1.3.1. Diferenças em função do género*

Fazendo uso do Independent-Samples T-Teste, foi possível observar diferenças estatísticas significativas no apoio pedido à mãe [ $t(321)=-4,99 p=,00$ ] mas não em relação ao apoio pedido ao pai [ $t(321)=-1,39 p=,17$ ]. As mulheres ( $M=4,47; DP=1,12$ ) revelaram uma tendência superior que os homens ( $M=3,83; DP=1,19$ ) para recorrerem ao apoio das suas mães. Analogamente, foi possível observar diferenças estatísticas significativas em relação ao cuidado dedicado à mãe [ $t(321)= -2,85 p=0,05$ ], mas não em relação ao pai [ $t(314,59)=-78 p=,44$ ], registando-se, mais uma vez, uma tendência superior das mulheres ( $M=4,49; DP=1,46$ ) para cuidar da mãe, quando comparadas com os homens ( $M=4,33; DP=1,26$ ).

Foram também encontradas diferenças de género na independência funcional em relação à mãe [ $t(321)=-4,87 p=,00$ ] mas não em relação ao pai [ $t(321)= -1,45 p=,15$ ]. As mulheres ( $M=3,50; DP= ,96$ ) revelaram uma tendência superior aos homens ( $M=3,00;$

DP=,93) para recorrerem à mãe para resolverem os seus assuntos pessoais. Desta forma, as A.E. do sexo feminino mostram-se mais dependentes funcionalmente das suas mães do que os A.E. do sexo masculino. De modo semelhante, foram ainda encontradas diferenças na independência financeira [ $t(311,89)=-2,26$   $p=0,03$ ], em que as mulheres ( $M=3,49$ ;  $DP=1,39$ ) revelaram uma tendência superior aos homens ( $M=3,17$ ;  $DP=1,16$ ) para recorrerem financeiramente ao apoio dos seus progenitores. Por fim, foram observadas diferenças em função do género ao nível da maturidade filial referente ao domínio da compreensão [ $t(321)=-2,30$   $p=,00$ ], verificando-se que as mulheres ( $M=4,20$ ;  $DP=,98$ ) apresentam níveis de compreensão de ambos os pais superiores aos homens ( $M=3,88$ ;  $DP=,96$ ).

### *1.3.2. Diferenças em função da idade*

As idades dos participantes estão compreendidas entre os 18 e os 30 anos, encontrando-se dividida em três grupos como referido na descrição do método.

Recorrendo ao procedimento estatístico One-Way Anova, foi possível encontrar diferenças estatisticamente significativas na independência funcional em relação ao pai [ $F(2, 320)=5,18$ ,  $p=,01$ ] e em relação à mãe [ $F(2, 320)=11,39$ ,  $p=,00$ ]. Na independência funcional, relativamente ao pai foram observadas diferenças significativas entre os A.E. mais novos (18-21 anos) ( $M=3,20$ ;  $DP=1,04$ ) e os restantes grupos etários, o grupo de A.E. com idades entre os 22 e os 24 anos ( $M=2,79$ ;  $DP=1,03$ ) e os que têm entre 25 e 30 anos ( $M=2,92$ ;  $DP=,94$ ). Analogamente, na independência funcional em relação à mãe, os A.E. que têm entre 18 e 21 anos ( $M=3,53$ ;  $DP=,93$ ) apresentam maior dependência do que os que têm entre 22 e 24 anos ( $M=3,00$ ;  $DP=1,02$ ), e entre 25 e 30 anos ( $M=3,07$ ;  $DP=,89$ ).

De igual forma, foi possível encontrar diferenças estatisticamente significativas no que diz concerne à independência conflitual relativa ao pai [ $F(2, 322)=5,41$   $p=,01$ ] e relativa à mãe [ $F(2, 320)=3,37$   $p=,04$ ], em que os A.E. mais jovens (18-21 anos) apresentam valores mais elevados de dependência ( $M=2,66$ ;  $DP=,99$ ) do que os que têm entre 22 e 24 anos ( $M=2,34$ ;  $DP=,98$ ) e do que os que têm entre 25 e 30 anos ( $M=2,24$ ;  $DP=1$ ). Na independência conflitual relativamente à mãe, foram observadas diferenças apenas entre os grupos etários extremos, ou seja, entre os adultos emergentes mais novos ( $M=2,57$ ;  $DP=,90$ ) e os mais velhos ( $M=2,23$ ;  $DP=1,08$ ), sendo os mais novos mais dependentes conflitualmente.

Como seria de esperar, foram ainda observadas diferenças na independência financeira [ $F(2, 320)=42,20$ ,  $p=,00$ ], sendo que, nesta dimensão de independência, foram observadas diferenças entre todos os grupos: quanto mais velhos, maior a independência financeira, verificando-se, por conseguinte, que os mais jovens, ( $M=3,96$ ;  $DP=1,24$ ) são mais dependentes do que os que têm entre 22 e 24 anos ( $M=3,04$ ;  $DP=1,11$ ) e estes do que os mais velhos, que têm 25 a 30 anos ( $M=2,60$ ;  $DP=1,04$ ). Analogamente, também consoante o esperado, foi possível encontrar diferenças etárias no estatuto de identidade adulta [ $F(2, 322)=24,90$   $p=,00$ ]. Mais uma vez, quanto mais velhos os A.E., maior a sua percepção de identidade adulta: os A.E. com idades entre os 18 e os 21 anos ( $M=4,47$ ;  $DP=,93$ ) distinguem-se dos que têm entre 22 e 24 anos ( $M=4,91$ ;  $DP=,85$ ) e estes também se distinguem dos que têm entre 25 e 30 anos ( $M=5,28$ ;  $DP=,70$ ). Desta forma, a idade parece ser um fator da máxima importância para possuir uma identidade adulta, visto que os A.E. mais velhos, ao aproximarem-se dos 30 anos, percecionam-se e são reconhecidos pelos outros como sendo mais adultos do que os A.E. mais novos.

### *1.3.3. Diferenças em função das habilitações dos adultos emergentes.*

Recorrendo ao procedimento estatístico One Way Anova, foi possível encontrar diferenças estatisticamente significativas na independência funcional em relação ao pai [ $F(2, 316)=6,620$ ,  $p=,002$ ] e em relação à mãe [ $F(2, 316)=8,014$ ,  $p=,00$ ]. Na independência funcional relativa ao pai foram observadas diferenças significativas entre os A.E. com habilitações de nível superior ( $M=3,01$ ;  $DP=,94$ ), e os restantes grupos: A.E. com o 12º ano ( $M=2,89$ ;  $DP=1,96$ ) e os que têm até ao 9º ano de escolaridade ( $M=2,72$ ;  $DP=1,18$ ). Analogamente, na independência funcional em relação à mãe, os A.E. com habilitações de nível superior ( $M=3,47$ ;  $DP=,86$ ) apresentam maior dependência do que os que têm o 12º ano ( $M=3,07$ ;  $DP=1,88$ ) e até ao 9º ano de escolaridade ( $M=3,01$ ;  $DP=1,20$ ).

Foi possível observar diferenças estatísticas significativas no cuidado prestado ao pai [ $F(2, 316)= 2,55$ ,  $p=,03$ ] mas não em relação ao cuidado prestado à mãe [ $F(2, 316)=2,35$ ,  $p=,10$ ]. Os A.E. com habilitações até ao 9º ano ( $M=4,04$ ;  $DP=1,66$ ) revelaram uma tendência inferior ao grupo dos A.E. com o 12º ano ( $M=4,55$ ;  $DP=1,19$ ) e com ensino superior ( $M=4,47$ ;  $DP=1,24$ ) para cuidarem do pai. Em relação à satisfação na relação com o pai e com a mãe, foi possível encontrar diferenças estatísticas significativas em relação ao pai [ $F(2, 316)=3,56$ ,  $p=,03$ ] mas não em relação à mãe [ $F(2, 316)=,58$ ,  $p=,56$ ]. Os A.E. com habilitações até ao 9º ano ( $M=4,29$ ;  $DP=1,62$ ) revelaram uma tendência

inferior que o grupo dos A.E. com o 12º ano ( $M=4,86$ ;  $DP=1,26$ ) e com o ensino superior ( $M=4,68$ ;  $DP=1,29$ ) para se sentirem satisfeitos na relação com o pai. Também foi possível observar diferenças estatísticas significativas nas médias do conflito com o pai [ $F(2, 316)=5,81$ ,  $p=,00$ ] mas não com a mãe [ $F(2, 316)=,89$ ,  $p=,41$ ]. Os A.E. com o 12º ano revelaram uma tendência inferior ( $M=2,90$ ,  $DP=,96$ ) do que os A.E. com habilitações até ao 9º ano ( $M=3,42$ ;  $DP=1,30$ ) e com ensino superior ( $M=3,29$ ;  $DP=,92$ ) para terem relações conflituosas com o pai. Foi ainda possível encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as médias em relação à independência financeira [ $F(2, 316)=16,29$ ,  $p=,00$ ]. Os A.E. com habilitações de nível superior ( $M=3,72$ ;  $DP=1,34$ ) revelaram uma dependência financeira superior aos A.E. com o 12º ano ( $M=2,87$ ;  $DP=1,02$ ) e aos A.E. com habilitações até ao 9º ano ( $M=3,03$ ;  $DP=1,23$ ). Finalmente, foram observadas diferenças significativas no estatuto de identidade adulta [ $F(2, 316)=4,69$ ,  $p=,01$ ]. Os A.E. com o 12º ano ( $M=5,06$ ;  $DP=,72$ ) percecionam-se e são reconhecidos pelos outros como sendo mais adultos quando comparados com os A.E. com habilitações até ao 9º ano ( $M=4,78$ ;  $DP=1,03$ ) e com ensino superior ( $M=4,69$ ;  $DP=,93$ ).

#### *1.3.4. Diferenças em função do nível socioeconómico*

Recorrendo ao procedimento estatístico One-Way Anova, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em função do N.S.E.

#### *1.4. Análise de regressão para o índice de resolução de identidade adulta e maturidade filial, no domínio da compreensão*

De maneira a averiguar qual das variáveis incluídas no estudo poderia constituir um melhor preditor da identidade adulta e da maturidade filial, procedeu-se ao método da Regressão. A Regressão Múltipla, enquanto procedimento analítico de dados baseado no critério dos mínimos quadrados, permite determinar as relações lineares entre um conjunto de preditores e um único critério. Este procedimento possibilita determinar qual a melhor combinação do conjunto de preditores para prever uma variável particular. Importa especificar o método utilizado – sequencial ou *Stepwise* - dado constituir-se como o que melhor se adequa aos objetivos deste estudo. Em relação aos outros métodos, a sua principal vantagem reflete-se na capacidade de acrescentar ou eliminar variáveis em cada estágio, possibilitando uma análise mais exploratória dos dados. Foram realizadas duas análises de regressão tendo como variáveis critério o estatuto de identidade adulta e para a

maturidade filial. A opção por estas duas variáveis advém da importância que desempenham no atingir da idade adulta. Se, por um lado, perceber-se e ser percebido e reconhecido pelos outros como adulto é fundamental na transição para a vida adulta em termos pessoais e sociais, por outro lado, a maturidade filial implica compreender os pais com as suas fragilidades e necessidades, afigurando-se como uma etapa fundamental na transformação das relações dos A.E. com os seus pais de um nível mais complementar para um nível mais simétrico, sendo por conseguinte fundamental na transição para a vida adulta em termos familiares.

As variáveis preditoras incluídas nestas análises foram: variáveis demográficas (idade, género, contexto – civil ou militar, estatuto ocupacional – estudante ou trabalhador e N.S.E) e psicológicas (qualidade da relação e independência em relação aos pais). Na análise de regressão para a resolução de identidade adulta foi ainda incluída a maturidade filial e para a maturidade filial incluído o índice de resolução de identidade adulta. Todas estas variáveis não apresentavam correlações superiores a ,75 garantindo-se, assim, a inexistência de multicolineariedade entre as variáveis (*cf.* Tabela 15).

Inicialmente, calculou-se a equação de regressão para a VD identidade adulta, (*cf.* tabela 16) e verificou-se que é predita pela maturidade filial, estatuto ocupacional, independência financeira, independência funcional em relação ao pai e pela qualidade da relação com a mãe (conflito), explicando estas cinco variáveis 28% da variância encontrada ( $R=.540$ ; Adjusted R Square=.280), sendo este modelo significativo [ $F(317)=25,67$   $p < ,001$ ]. Podemos constatar que a variável que mais contribui para a identidade adulta é a maturidade filial, sendo um nível de maturidade filial elevado o melhor preditor para se assumir como adulto(a) e ser considerado(a) como tal pelos outros.

Em relação à maturidade filial (*cf.* tabela 17), verificou-se que é predita pela qualidade da relação com a mãe (cuidado), qualidade de relação com o pai (apoio) independência funcional e conflitual em relação à mãe, resolução da identidade adulta, N.S.E, estatuto ocupacional e independência financeira. Em conjunto, estes oito preditores explicam cerca de 55% da variância ( $R=.751$ ; Adjusted R Square =.552), sendo também este modelo significativo [ $F(317)=49,909$   $p < ,001$ ]. Podemos observar que a variável que mais contribui para a explicação da maturidade filial é a independência funcional em relação à mãe. Desta maneira, quanto mais o A.E. é capaz de tratar de forma autónoma os seus assuntos pessoais, sem necessitar de assistência da mãe, maior maturidade filial irá evidenciar.



## **Capítulo IV- Discussão e conclusão**

## *1. Discussão dos resultados*

O prolongamento da formação como meio de lidar com a precariedade e instabilidade do mercado de trabalho é uma das principais causas estruturais por detrás do adiamento, observado na atual geração, da transição para a vida adulta de acordo com os seus marcadores tradicionais. A proposta da adultez emergente enquanto período desenvolvimental está, por conseguinte, muito associada à generalização do Ensino Superior nas sociedades ocidentais. Embora se argumente que os A.E. são um grupo heterogéneo, um número relativamente limitado de estudos se tem focado em amostras que contemplam a “metade esquecida” (Arnett, 2000b). Independentemente do contexto onde se insira, civil ou militar, e da ocupação que tenha, estudante, trabalhador-estudante, ou trabalhador, o A.E. tem como principal tarefa desenvolvimental tornar-se adulto. Esta tarefa não se limita à sua expressão psicológica intrapsíquica, mas também contempla a interação com os diferentes sistemas onde o A.E. se encontra envolvido como é o caso do de formação, do laboral e, em particular, do familiar.

No nosso estudo, observámos que os A.E. civis, quando comparados com os militares, recorrem mais ao apoio da mãe, percebem as relações com o pai como mais conflituosas e recebem mais críticas deste. Simultaneamente são mais dependentes, funcional e financeiramente tanto do pai como da mãe e mais dependentes conflitualmente do pai, quando comparados com os A.E. militares. Estes resultados sugerem, assim, que o contexto militar favorece o processo de individuação e autonomia dos A.E. Contudo, a relação com as outras variáveis demográficas deve ser tida em linha de conta na leitura destes resultados. Existe, como foi evidenciado na descrição da amostra, uma associação entre o contexto militar, por um lado, e a ocupação, as habilitações académicas, o género, a idade e o N.S.E por outro. Não é, assim, possível destrinçar o impacto isolado de cada uma destas variáveis demográficas nos resultados observados. Os A.E. com habilitações ao nível do 12º ano foram os que evidenciaram uma tendência inferior para terem relações menos conflituosas com o pai e os trabalhadores evidenciaram uma tendência inferior a apresentar relações conflituosas com a mãe, sendo mais independentes conflitualmente tanto do pai como da mãe. Verifica-se que este nível de habilitações académicas e este estatuto profissional está mais representado no grupo dos militares.

Do mesmo modo, a idade, mais próxima do limite inferior da adultez emergente (18 anos) ou do limite superior (30 anos), pode ser também um fator explicativo das diferenças

encontradas entre civis e militares. Os participantes mais velhos são mais independentes, funcional, conflitual e financeiramente em relação ao pai e à mãe e, como foi sublinhado, a amostra de militares é, em média, mais velha do que a dos civis.

Também o desequilíbrio em termos de género poderá permitir compreender os resultados relativos à independência funcional. Analisou-se que as mulheres são mais dependentes funcionalmente, recorrendo mais do que os homens à ajuda da mãe para resolver os seus assuntos pessoais. Os resultados verificados em torno do género são similares com dados de outras investigações que demonstram que as mulheres manifestam níveis mais baixos de separação psicológica, em relação às figuras parentais (Santos, 2001). Analisou-se ainda que as mulheres são mais dependentes financeiramente dos seus pais mas apresentam um nível de maturidade mais elevado que os homens, sendo que recorrem mais ao apoio da mãe mas simultaneamente também prestam mais cuidado a estas. Estes resultados são consonantes com outros encontrados noutros estudos que indicam que a solidariedade intergeracional familiar se conjuga sobretudo no feminino (eg., Campbell & Martin-Matthews, 2003). Um maior número de elementos do sexo feminino na amostra militar poderia encurtar as diferenças encontradas comparativamente com os civis, pelo menos no que à independência funcional em relação à mãe diz respeito.

Sendo verdade que na análise dos resultados há que ter necessariamente em atenção a associação entre as variáveis, os resultados diferenciais em função do contexto, na qualidade de relação com os progenitores, são consonantes com os encontrados na literatura. Apesar da profissão militar ser altamente desgastante, os militares tendem a apresentar um melhor funcionamento nas diferentes relações com amigos, parceiros românticos e pais (Scharf *et al.*, 2004). No que diz respeito à relação com estes últimos, os resultados serão certamente influenciados pelo facto de um número considerável de militares viver autonomamente ou numa situação de semi-autonomia (Aquilino, 2006). Conforme verificado na literatura, a condição de militar obriga, na generalidade das situações, a que o jovem adulto deixe a casa dos pais, o que desencadeia novas formas de relacionamento entre estes e os progenitores. Essas relações, à semelhança do verificado neste estudo, são relatadas como mais calorosas e menos conflituosas, convergindo ainda com um sentimento de autonomia mais elevado do jovem adulto militar.

Em relação ao cuidado prestado ao pai e à mãe e à maturidade filial com os progenitores, o contexto e a ocupação do A.E. parece não ser determinante.

A ocupação dos A.E., trabalhador, parece ser determinante para um menor grau de conflito com a mãe, muito embora o A.E. trabalhador-estudante pareça estar mais

suscetível a receber críticas do pai e da mãe do que os estudantes e trabalhadores. Talvez o stress derivado do desempenho de dois papéis particularmente exigentes possa justificar este resultado. A ocupação parece ter ainda impacto na independência funcional, financeira e conflitual, verificando-se que os estudantes e trabalhadores-estudantes, tendem, como seria de esperar, a ser mais dependentes do pai e da mãe do que os trabalhadores.

No que se refere à independência financeira, observou-se que frequentar ou possuir um nível académico superior foi sinónimo de maior dependência financeira. Muitos pais investem significativamente em projetos de escolarização dos seus filhos o que origina a que estes permaneçam dependentes em larga medida do suporte económico dos pais (Guerreiro & Abrantes, 2005). À imagem do verificado em relação ao contexto, também neste caso os resultados encontrados poderão ter sofrido a influência do género e da idade, uma vez que o sexo feminino e os mais novos estão sobre representados no grupo de estudantes. Contudo, estes resultados vão também ao encontro de estudos que sugerem que jovens que trabalham, a tempo parcial ou a tempo inteiro, sentem-se mais confiantes, maduros e responsáveis pelos seus próprios atos (Yap, 1991), sendo verificado neste caso uma maior independência funcional dos trabalhadores, quando comparados com A.E. que são apenas estudantes. De facto, facilmente se compreende que a condição de estudante se possa manifestar numa maior dependência, em termos residenciais e em termos financeiros, o que torna também mais provável o recurso aos pais para tratar dos assuntos pessoais e a alguma incapacidade de distanciamento face a sentimentos de mais ansiedade, desconfiança, raiva, inibição ou ressentimento em relação aos progenitores, eventualmente mais típicos da fase desenvolvimental da adolescência.

No que respeita ao estatuto de identidade adulta, atestámos que os militares, os trabalhadores e trabalhadores-estudantes percecionam-se e são reconhecidos pelos outros como mais adultos, quando comparados com os civis e estudantes, respetivamente. Os resultados encontrados em torno da ocupação corroboram com os observados por Côté (2006), que relata que uma parte significativa dos A.E. que evidenciavam um baixo índice de resolução da identidade adulta eram estudantes. Em defesa dos resultados verificados em torno do contexto, analisámos que os A.E. que têm habilitações académicas ao nível do 12º ano, na sua maioria militares, possuem um estatuto de adulto superior aos que têm o 9º ano ou frequentam/possuem um curso superior. Contudo, neste estudo, a variável idade pode ter sido determinante para os resultados encontrados em torno do contexto: os mais velhos tendem a um estatuto de identidade adulta mais elevado, sendo neste caso, como referido, os militares de uma forma geral mais velhos que os civis. Idades mais próximas

entre os dois grupos poderiam permitir esclarecer o impacto do contexto e da idade nos resultados encontrados. Os resultados em torno da idade sugerem, como apontado por Côté (2006), que o início da década dos 20 anos é ainda uma fase muito precoce para o A.E. alcançar o estatuto de adulto.

Ao realizar a análise de regressão para o estatuto da identidade adulta observámos, ao contrário do esperado, que o contexto não entrou como preditor. A maturidade filial afigura-se eminentemente como o maior preditor para se considerar e ser percebido pelos outros como adulto, o que vai de encontro ao analisado por Dellmann-Jenkins, Blankemeyer, & Pinkard (2001, *cit. in* Aquilino 2006), ao destacarem a importância da maturidade filial nesta faixa etária. Verificámos ainda que a independência financeira, e o estatuto ocupacional, assumem também um papel importante enquanto preditores do estatuto de identidade adulta. De facto, para grande parte dos estudantes universitários portugueses a frequência do ensino superior constitui-se numa espécie de moratória no processo de transição para a vida adulta, vivendo geralmente em casa dos pais, ao contrário do que acontece noutros países europeus e ocidentais (Guerreiro & Abrantes, 2005, 2007). A independência financeira, por seu turno, muitas vezes associada ao exercício de atividade profissional considerada estável, funciona como um marcador importante para o jovem adulto alcançar em definitivo a condição de adulto (Arnett, 2004).

Em relação à maturidade filial, no domínio de compreensão que os A.E. revelam ter em relação aos seus progenitores, averiguou-se que, contrariamente ao previsto, nem o contexto, nem a ocupação funcionam como preditores. De facto, foi observado que a maturidade filial é essencialmente predita pela capacidade do jovem adulto lidar de forma autónoma com os seus próprios assuntos, mais especificamente, pela sua independência funcional em relação à mãe. A qualidade de relação ao nível do apoio solicitado ao pai e do cuidado prestado à mãe demonstram ser igualmente variáveis importantes que predizem a maturidade filial. Deste modo, apesar do género não entrar como preditor, os papéis de género associados à função parental parecem assumir importância: o pai associado à função de “ganha pão” e a mãe como principal provedora, mas também recetora de cuidados. Os resultados por nós encontrados corroboram com os verificados por Birditt e colaboradores (2008), tendo os autores apurado que a qualidade de relação positiva com os pais, assim como um maior nível de autonomia, são preditores para um maior nível de compreensão dos filhos em relação aos seus pais.

## *2. Considerações finais*

Com o presente trabalho pretende-se ter contribuído para expandir o conhecimento acerca de uma fase de vida cada vez mais em foco, a adultez emergente, a fase em que o jovem adulto opta por percursos que lhe possibilitem atingir os marcadores identitários da idade adulta. Foi no estudo de percursos diferenciados que esta investigação pautou a sua análise, ao procurar perceber e aprofundar a forma como os A.E. em diferentes contextos e com diferentes ocupações se percebem e se relacionam com a sua família de origem.

Observámos que o contexto não parece ser condição preditora para o A.E. alcançar o estatuto de adulto ou para a sua maturidade filial. Averiguámos que a maturidade filial é a variável que mais contribui para a resolução de identidade adulta, sendo que essa capacidade de estabelecer relações de maior compreensão e reciprocidade com os pais é, por sua vez, essencialmente predita pela capacidade do A.E. resolver os seus problemas sem o auxílio maternal. A condição de militar, bem como de trabalhador, não predizem por si só, de modo importante, a resolução de identidade adulta ou a maturidade filial mas possuem características demográficas e psicológicas que parecem potenciar a aquisição desses importantes estatutos, assumidos neste estudo como importantes marcadores de transição psicológica em termos pessoais, sociais e familiares.

Importa fazer referência a algumas limitações deste estudo. Uma das limitações eminentes afigura-se com o desfasamento da representatividade da amostra, havendo uma percentagem mais elevada de civis do que militares. Este desfasamento advém da necessidade de equilibrar a amostra em termos da ocupação dos A.E. Os resultados verificados em torno da ocupação bem como do contexto, não podem ser analisados de forma linear, ou seja, é necessário atender à associação entre as variáveis demográficas (idade, género, habilitações literárias, N.S.E) com a ocupação e contexto, estando também estas duas variáveis associadas entre si. Contudo, importa salientar que uma amostra mais homogénea das variáveis demográficas em relação à amostra militar não corresponderia ao retrato fidedigno desta população uma vez que, de uma forma geral, os militares são oriundos de N.S.E mais desfavorecido, sendo ainda na sua maioria homens e com escolarização ao nível do “secundário”.

Trata-se também de uma amostra por conveniência, com as limitações inerentes a este tipo de amostragem, no entanto houve o cuidado de estudar sujeitos de ocupações diferentes e do contexto militar, frequentemente esquecidos em investigações semelhantes. Acresce ainda mencionar que os militares desta amostra são representativos apenas de uma

parte da população militar, isto é, militares do exército em RV (regime de voluntariado) e RC (regime de contrato), na sua maioria da classe dos praças que têm os seus contratos limitados por 6/7 anos. Quando consultados os estudos referentes à caracterização da população militar nesta faixa etária, observou-se que estes, para além de serem em número reduzido, caracterizam situações muito diferenciadas, ou muito mais transitórias e compulsivas (ex. estudos israelitas) ou, sendo o caso da maioria, a muito mais prolongadas e exigentes missões, com tarefas mais desafiadoras e de risco (situações reais de conflito). Neste estudo, apesar dos militares prestarem serviço em quartéis com um nível operacional considerável, este não se assemelha ao analisado na literatura. Uma amostra com militares de diferentes ramos das F.A, por exemplo marinha ou força aérea, ou de diferentes ramos/áreas do exército, por exemplo comandos ou paraquedistas, em lugar de milhares da área de transmissões e artilharia, como é o caso da generalidade dos militares da amostra deste estudo, poderia permitir uma caracterização mais abrangente e sólida da população militar e perceber se os resultados encontrados seriam generalizados ou não a todas as situações.

Em particular, seria importante ter também em consideração a variável coabitação, comparando as situações de dependência, autonomia e semi-autonomia residencial, sendo esta uma proposta para estudos posteriores. Esta variável não foi tida em linha de conta no nosso estudo, dado o desfasamento na sua representatividade, pelo menos no caso dos militares, a generalidade coabitam em absoluto ou continuam a ter a casa dos pais como principal referência.

Os resultados sugerem que para os A.E., pelo menos de N.S.E inferior, a opção pelo serviço militar, como por um trabalho que permita alguma estabilidade financeira, poderá permitir que forjem novas formas de coabitação e simultaneamente de relacionamento com os progenitores. Estas mudanças parecem favorecer o processo de individuação e autonomia, fundamental para um nível elevado de maturidade filial que, por sua vez, parece ser a principal responsável para o jovem adquirir o estatuto de adulto. Pelas possibilidades oferecidas, ainda que a um nível transitório, de enriquecimento de formação e de carreira, o serviço militar poderá constituir-se como uma opção alternativa ou complementar ao Ensino Superior para favorecer trajetórias resilientes na transição para a vida adulta pela parte de A.E. provenientes de N.S.E inferior.

## Referências bibliográficas

- Aquilino, W. (2006) Family relationships and support systems in emerging adulthood. In J. J. Arnett & J. L. Tanner (Eds.). *Emerging adults in American: Coming of age in the 21<sup>st</sup> century* (pp.193-217). Washington: American Psychological Association.
- Alegria, L. (2000). Inquérito Sociológico aos Militares em Regime de Voluntariado e de Contrato do Exército Português: Um Estudo Exploratório de Âmbito Nacional. *Revista de Psicologia Militar*, 12, 42-56.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, 2, 255-267.
- Arnett, J. (2000a). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55 (5), 469- 480.
- Arnett, J. (2000b). High hopes in a grim world: Emerging adults' views of their futures and "generation X". *Youth and society*, 31 (3), 267-286.
- Arnett, J. (2001). Conceptions of the transition to adulthood: Perspectives from adolescence through midlife. *Journal of Adult Development*, 8 (2), 133-143.
- Arnett, J. (2004). *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. Oxford University Press.
- Arnett, J. (2006). Emerging adulthood: understanding the new way of coming of age. In J. J. Arnett & J. L. Tanner (Eds.). *Emerging adults in America: coming of age in the 21<sup>st</sup> century* (pp. 3-19). Washington: American Psychological Association.
- Anuário Estatístico da Defesa Nacional* (2005). Lisboa. Retirado em 24, janeiro, 2012 de: [http://www.portugal.gov.pt/media/513239/anuario\\_2005.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/513239/anuario_2005.pdf).
- Birditt, K., Fingerman, K.L., Lefkowitz, E. & Dush, K. (2008). Parents perceived as peers: Filial maturity in adulthood. *Journal of Adult Development*, 15, 1-12.
- Campbell, L.D. & Martin-Matthews, A. (2003). The gendered nature of men's filial care. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 58 (6), 350-358.
- Carreiras, H. (1997). Família, Maternidade e Profissão Militar, *Estudos Feministas*, 5, 69-81.
- Chicago, University (2111). *Student Manual of University Policies and Regulations*. Retirado em 23 de maio, 2012 de [http://studentmanual.uchicago.edu/pdfs/StudentManual\\_2011-12.pdf](http://studentmanual.uchicago.edu/pdfs/StudentManual_2011-12.pdf).
- Côté, J. (2006). Emerging adulthood as an institutionalized moratorium: risks and benefits to identity formation. In J. J. Arnett & J. L. Tanner (Eds.). *Emerging adults in*



- America: coming of age in the 21st century*. (pp.85-116). Washington: American Psychological Association.
- Coimbra, S. (2008). *Estudo diferencial de auto-eficácia e resiliência na antecipação da vida adulta*, Tese de Doutoramento não publicada, Porto: FPCEUP.
- Dwairy, M. (2003). Validation of multigenerational interconnectedness scale among Arab adolescents. *Psychological Reports*, 93, 697-704.
- Estevinha, S. (2009). *Representações dos estudantes universitários face ao papel do Estado: a questão da transição para a vida ativa*. CIES- ISCTE, Lisboa.
- Flanagan, C. & Levine, P. (2010). Civic Engagement and the Transition to Adulthood. *Future of Children*, 1, 159-179.
- Furman, W. & Buhrmester, D. (1992). Age and sex differences in perceptions of networks of personal relationships. *Child Development*, 63, 103-115.
- Glen, H. & Elder, Jr. (1986). Military Times and Turning Points in Men's Lives. *Developmental Psychology*, 2, 233-245.
- Guerreiro, M. & Abrantes, P. (2005). Como tornar-se adulto: Processos de transição na modernidade avançada. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais – Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 20 (58), 157-175.
- Guerreiro, M. & Abrantes, P. (2007). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. CITE: Lisboa.
- Guimarães, M. (2006). *Trabalhadores-estudantes: um olhar para o contexto da relação entre trabalho e ensino superior noturno*. Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Oeste Paulista, Brasil.
- Hickmann, R. (1992). *Estudar e/ou trabalhar: ser aluno trabalhador é possível?* Tese de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Retirado em 29 de janeiro, 2011 de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1446>.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Estatísticas de emprego. 1º Trimestre*. Lisboa: INE. Retirado em 15 de junho, 2012 de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=130542&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=130542&PUBLICACOESmodo=2).
- Kelty, R., Kleykamp, M. & Segal, R. (2010). The Military and the Transition to Adulthood. *Future of Children*, 1, 181, 207.
- Lobo, A. (2005) Dois em um. *A página da educação*, 149. Retirado em 16 de junho, 2012 de <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=149&doc=11097&mid=2>.

- Luthar, S., Cichetti, D. & Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guide lines for future work. *Child Development*, 71 (3), 543-562.
- Martins, S. Mauritti, R. & Costa, A. (2005). *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*. Direção Geral do Ensino Superior. Lisboa.
- Masten, A., Obradović, J. & Burt, K. (2006). Resilience in emerging adulthood: Developmental perspectives on continuity and transformation. In J. J. Arnett & J. L. Tanner (Eds.). *Emerging adults in America: Coming of age in the 21<sup>st</sup> century*. (pp.173-190). Washington, DC: American Psychological Association.
- Meier, A. & Allen, G. (2008). Intimate relationship development during the transition to adulthood: Differences by social class. *Child and Adolescent Development*, 119, 25–39.
- Mendonça, M. (2007). *Processo de transição e percepção de adultez: Análise diferencial dos marcadores identitários em jovens estudantes e trabalhadores*. Tese de Mestrado não publicada, Porto: FPCEUP.
- Monteiro, S., Tavares, J. & Pereira, A. (2009). Adultez emergente: na fronteira entre a adolescência e a adultez. *Revista ambiente e educação*, 2 (1), 129-137.
- Munro, L. (2011). 'It's a Lot of Hard Work': The Experiences of Student-workers in University Term-time Employment. *Australian Bulletin of Labour*. 37 (1), 33-50.
- Nico, M. (2009). *Carreiras e eventos na idade jovem-adulta: uma análise exploratória dos percursos para a adultez*. CIES-ISCTE, Lisboa.
- Oliveira, J. (2008). *A auto-eficácia como capital de identidade na transição para a adultez*. Tese de Mestrado não publicada, Porto: FPCEUP.
- Pais, J. Cairns, D. & Pappámikail, L. (2005). Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 17 (2), 109-140.
- Pitanga, A. (2009). *Conversações com psicólogas clínicas sobre resiliência profissional*. Tese de Mestrado não publicada, Universidade Católica de Goiás, Brasil.
- Pordata (2012a). *Alunos matriculados pela 1ª vez no ensino superior: total e por sexo*. Retirado em 02 de julho, 2012 em <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- Pordata (2012b). *Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho em Portugal*. Retirado em 28 de abril, 2012 em <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mulher+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805>.

- Resende, M., Baptista, V., Cardoso, I., Marques, S., Madeira, I., Ferreira, A. & Vilhena, C. (2008). *Mundos Sociais: Saberes e Práticas. VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 503.
- Richard, A., Settersten J. & Barbara R. (2010). What's Going on with Young People Today? The Long and Twisting Path to Adulthood. *The Future of Children*, 20 (1), 19-41.
- Rodrigues, J. (2003). Resiliência em Forças de Operações Especiais: Projeto de Investigação, *Revista de Psicologia Militar*, 14, 13-28, Lisboa.
- Santos, P. (2001). Psychological Separation Inventory: Revisão da investigação e análise factorial com uma amostra de adolescentes. *Psiquiatria Clínica*, 22 (3), 287-304.
- Scharf, M., Mayseless, O. & Baron, I. (2004). Adolescents' Attachment Representations and Developmental Tasks in Emerging Adulthood. *Developmental Psychology*, 40 (3), 430-444.
- Tombolato, M. (2005). *Qualidade de vida e sintomas psicopatológicos do estudante universitário trabalhador*. Tese de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica da Campinas, Brasil.
- Vieira, D., Caires, S. & Coimbra, J. (2011). Do ensino superior para o trabalho: Contributo dos estágios para inserção profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional* 12, 29-36.
- Vilhena, C. (2005). *Resiliência em contexto militar*. Tese de Mestrado não publicada, Porto: FPCEUP.
- Yap, K. (1991). The student worker: A new adolescent lifestyle, full-time secondary and part-time employee. *Youth Studies Australia*, 3, 34-38.

## **Legislação**

Assembleia da República. Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, Artº 89. Retirado em 3 de julho, 2012, de <http://dre.pt/pdf1s/2009/02/03000/0092601029.pdf>.

# Anexos

---

**Anexo 1.a; Anexo 1.b; Anexo 1.c;  
Anexo 1.d; Anexo 1.e; Anexo 1.f**

Instrumentos utilizados para a recolha dos dados

## Anexo 1.a

Network of Relationships Inventory (Furman & Buhrmester, 1992)

<b>1=Nunca</b>	<b>2=Raramente</b>	<b>3=Por vezes</b>	<b>4=Algumas vezes</b>	<b>5=Muitas vezes</b>	<b>6=Sempre</b>
----------------	--------------------	--------------------	------------------------	-----------------------	-----------------

<b>Pai</b>							<b>Mãe</b>					
1	2	3	4	5	6	<b>2.</b> Zangamo-nos	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>4.</b> Ajudo nas coisas que ele/a não consegue fazer sozinho/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>5.</b> Sinto-me satisfeito/a com a relação que tenho com ele/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>7.</b> Recorro ao apoio dele/a quando tenho problemas pessoais.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>8.</b> Aponta-me defeitos ou põem-me em baixo.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>11.</b> Discordámos.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>13.</b> Protejo e olho por ele/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>14.</b> A relação é boa.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>16.</b> Necessito da sua ajuda, conselho e compreensão.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>17.</b> Critica-me.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>20.</b> Discuto com ele/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>22.</b> Cuido dele/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>23.</b> Sinto-me feliz com o modo como as coisas estão entre mim e ele/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>25.</b> Dependo dele/a para me animar quando me sinto “em baixo” ou aborrecido/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>26.</b> Diz-me coisas duras e cruéis.	1	2	3	4	5	6

## Anexo 1.b

### Psychological Separation Inventory

<b>1=Nunca</b>	<b>2=Raramente</b>	<b>3=Por vezes</b>	<b>4=Algumas vezes</b>	<b>5=Muitas vezes</b>	<b>6=Sempre</b>
----------------	--------------------	--------------------	----------------------------	---------------------------	-----------------

<b>Pai</b>							<b>Mae</b>					
1	2	3	4	5	6	<b>28.</b> Os desejos dele/a têm influenciado a minha escolha de amigos.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>29.</b> Culpo/a de muitos dos problemas que tenho.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>30.</b> Quando estou em dificuldade, geralmente peço-lhe ajuda para me livrar de sarilhos.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>31.</b> Desejo muitas vezes que ele/a me trate mais como um adulto.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>32.</b> Decido o que fazer de acordo com o que ele/a aprova.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>33.</b> Gostava que ele/a não me tentasse manipular.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>34.</b> Geralmente consulto/a quando faço planos para um fim de semana fora.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>35.</b> Desejava que ele/ não tentasse que eu tomasse o partido dele/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>36.</b> Consulto-o/a quando tomo decisões sobre a minha vida profissional.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>37.</b> Pergunto-lhe o que fazer quando me encontro numa situação difícil.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>38.</b> Fico irritado/a quando ele/a me critica.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>39.</b> Por vezes, ele/a é para mim origem de embaraço.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>40.</b> Às vezes penso que sou demasiado dependente dele/a.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>41.</b> Por vezes ele/a é um peso para mim.	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6	<b>42.</b> Não faria uma compra importante sem a aprovação dele/a.	1	2	3	4	5	6

**Anexo 1.c**  
Filial Maturity Scale

	Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo totalmente
<b>2.</b> Tem muito significado para mim, quando os meus pais me fazem confidências.	1	2	3	4	5	6
<b>6.</b> Sinto que posso ser eu próprio com os meus pais.						
<b>8.</b> Partilho os meus pensamentos e sentimentos mais profundos com os meus pais.	1	2	3	4	5	6
<b>12.</b> Apesar do amor que tenho pelos meus pais, reconheço que eles têm as suas falhas.						
<b>13.</b> Falo frequentemente com os meus pais acerca dos meus problemas.	1	2	3	4	5	6
<b>15.</b> Penso nos meus pais mais como amigos do que como pais.	1	2	3	4	5	6
<b>17.</b> Os meus pais, às vezes, pedem-me conselhos sobre assuntos importantes de vida deles.	1	2	3	4	5	6
<b>18.</b> À medida que vou ficando mais velho, noto que eu e os meus pais temos mais em comum.	1	2	3	4	5	6
<b>20.</b> Os meus pais são quase perfeitos.						
<b>22.</b> Gosto de ouvir os meus pais a contar histórias acerca deles antes de eu nascer.	1	2	3	4	5	6
<b>27.</b> Com o passar do tempo, reconheço que à uma maior compreensão entre mim e os meus pais.	1	2	3	4	5	6
<b>30.</b> Sinto-me á vontade para contar histórias/situações aos meus pais que antes ocultava.	1	2	3	4	5	6



### Anexo 1.d

#### Multigenerational Interconnectedness Scale

	Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo totalmente
<b>1.</b> Sempre que preciso, os meus pais dão-me dinheiro.	1	2	3	4	5	6
<b>3.</b> Sou eu que pago as minhas contas.	1	2	3	4	5	6
<b>19.</b> Quando estou com falta de dinheiro, peço emprestado aos meus pais.	1	2	3	4	5	6
<b>23.</b> Os meus pais ajudam-me a pagar as minhas despesas.	1	2	3	4	5	6
<b>26.</b> Dependo financeiramente dos meus pais.	1	2	3	4	5	6
<b>28.</b> Os meus pais dão-me dinheiro para eu gastar em coisas que gosto.	1	2	3	4	5	6

### Anexo 1.e

#### Identity Stage Resolution Index (ISRI)

	Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo totalmente
<b>1.</b> Eu considero-me um adulto/a.	1	2	3	4	5	6
<b>2.</b> Sinto que sou reconhecido/a como um adulto/a pela minha família.	1	2	3	4	5	6
<b>3.</b> Sinto que sou reconhecido/a como um adulto/a pelos outros em geral.	1	2	3	4	5	6
<b>4.</b> Sinto-me uma pessoa completamente madura.	1	2	3	4	5	6

## Anexo 1.f

### Dados sociodemográficos

1. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐ Idade: \_\_\_\_\_ anos

2. Ocupação: \_\_\_\_\_

3. Estado civil:

Solteiro <input type="checkbox"/>	União de facto <input type="checkbox"/>	Casado <input type="checkbox"/>	Separado/divorciado <input type="checkbox"/>	Viúvo <input type="checkbox"/>
-----------------------------------	---	---------------------------------	--	--------------------------------

4. Com quem vive a maior parte do tempo?

Pais <input type="checkbox"/>	Um dos pais <input type="checkbox"/>	Conjuge <input type="checkbox"/>	Namorado/a <input type="checkbox"/>	Amigos/colegas <input type="checkbox"/>	Sozinho/a <input type="checkbox"/>	Outro <input type="checkbox"/> Qual? _____
----------------------------------	---	-------------------------------------	--	--	---------------------------------------	---

5. Exerce ou já exerceu algum trabalho remunerado? (responda apenas a uma das opções).

☐ Sim, atualmente exerço cerca de \_\_\_\_\_ horas semanais. ☐ sim, no passado.

☐ Não, nunca exerci trabalho remunerado.

6. Indique, por favor, as suas habilitações literárias e a dos seus pais:

	Até 4º ano	6º ano	9º ano	12º ano	Licenciatura/ Bacharelato	Mestrado/ Doutoramento
Eu	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Indique, por favor, a profissão dos seus pais.

Profissão do pai: \_\_\_\_\_

Profissão da mãe: \_\_\_\_\_

Gostaria de participar numa fase posterior deste estudo?

Sim ☐ Não ☐ Se respondeu sim, por favor deixe o seu nome e contacto (telefone ou email). \_\_\_\_\_

A sua opinião é muito importante. Se o desejar, o próximo espaço destina-se a comentários  
relativos ao preenchimento deste questionário.

---

---

## **Anexo 2**


Declaração de autorização de recolha e tratamento de  
dados do contexto militar

## Anexo 2

Declaração de autorização de recolha e tratamento de dados do contexto militar

21.06.11

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**EXÉRCITO PORTUGUÊS**



**COMANDO DA INSTRUÇÃO E DOCTRINA**  
**GABINETE DO TENENTE-GENERAL COMANDANTE**

*Ass. para  
informar 10/01  
intermediário (a).*

PARA:	RA 6	TELEFAX:
C/C:	DF/CID	TELEFAX:
FAX Nº 0420/GAB/11 Procº 103.8.3		DATA: 29Jul11
		Página 1

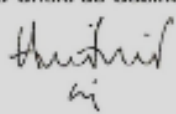
**ASSUNTO:** Pedido de autorização para aplicação de Questionário no âmbito de um trabalho de Mestrado

**Ref.º:** V/Fax nº 2210/11Pº 302.047 de 20Jul11

Encarrega-me o Ex.mo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, por seu despacho de 27Jul11, de informar que autoriza nos moldes propostos o solicitado no V/Fax em ref.º.

RAS Secretaria	
N.º de Registo	20.88
Data de Registo	28.06.11
Destino	300.12
N.º	86-6
Data	01.07.11
Proc.º	302.047

O Chefe do Gabinete



Adriano António Vargas Firmino  
Cor Inf

---

Comando da Instrução e Doutrina

Largo dos Castelos, 7004-505 Évora

# Tabelas

---

Análises do poder discriminativo dos itens;

Análises fatoriais;

Análises de correlações;

Análises de regressões.

**Tabela 1.** Percentagem de escolha de cada alternativa de resposta para os itens da escala da qualidade da relação com o pai.

<b>Itens</b>	<b>NC</b>	<b>R</b>	<b>PV</b>	<b>AV</b>	<b>MV</b>	<b>S</b>
<b>2</b>	10,8	36,5	21,1	21,7	6,8	3,1
<b>4</b>	6,5	8	13	20,7	26	25,7
<b>5</b>	4,6	6,2	9,9	15,2	27,2	36,8
<b>7</b>	13	15,5	18	20,7	20,4	12,4
<b>8</b>	26,9	30,3	20,1	13,3	6,2	3,1
<b>11</b>	2,2	12,4	24,1	35	19,2	7,1
<b>13</b>	6,2	5,9	11,8	14,2	27,6	34,4
<b>14</b>	4,6	3,1	11,5	13,9	26,3	40,6
<b>16</b>	7,7	10,2	15,2	22,6	23,8	20,4
<b>17</b>	13,3	22,3	23,5	23,8	13,6	3,4
<b>20</b>	9,9	31,3	26	19,2	9	4,6
<b>22</b>	6,5	8,7	13,9	15,8	25,4	29,7
<b>23</b>	6,2	8	11,8	14,6	25,4	34,1
<b>25</b>	16,4	22	20,7	22,6	12,4	5,9
<b>26</b>	39,9	29,7	14,6	5,9	8,7	1,2

N= Nunca; R= Raramente; PV= Poucas vezes; AG= Algumas Vezes; MV= Muitas Vezes; S= Sempre

**Tabela 2.** Percentagem de escolha de cada alternativa de resposta para os itens da escala da qualidade da relação com a mãe.

Itens	NC	R	PV	AV	MV	S
2	8	35,3	25,1	20,7	9,9	,9
4	1,5	3,4	9	22,3	27,9	35,9
5	2,2	3,4	3,4	12,4	32,2	46,4
7	5	7,1	13,6	18	30,3	26
8	28,8	29,4	19,8	11,1	8,7	2,2
11	2,5	16,1	24,8	34,4	18,9	3,4
13	1,5	2,8	9,6	14,2	26	45,8
14	2,2	1,2	6,2	8,4	33,1	48,9
16	2,2	6,8	13,9	20,4	31,6	25,1
17	10,8	21,7	23,5	26	14,6	3,4
20	7,4	29,7	24,5	22,3	12,7	3,4
22	3,4	4	12,1	17	27,6	35,9
23	3,4	5,3	6,8	11,8	32,8	39,9
25	7,7	18,6	20,7	24,5	18,6	9,9
26	40,6	30	12,4	8,7	7,1	1,2

N= Nunca; R= Raramente; PV= Poucas vezes; AG= Algumas Vezes; MV= Muitas Vezes; S= Sempre

**Tabela 3.** Análise fatorial em componentes principais com rotação varimax da Escala da Qualidade da Relação com o pai.

FACTORES						
ITENS	1	2	3	4	5	COM
25	,890	,186	-,103	-,056	-,045	,749
7	,802	,301	-,055	-,103	,174	,722
16	,735	,345	-,033	,009	,246	,875
22	,295	,852	-,101	-,053	,096	,778
13	,369	,820	-,068	-,069	,160	,769
4	,192	,809	-,070	-,043	,152	,770
17	-,067	-,019	,828	,341	,149	,844
8	-,075	-,151	,781	,261	-,249	,876
26	-,133	-,105	,760	,218	-,320	,721
11	-,137	-,156	,211	,822	-,074	,830
20	-,041	,032	,379	,796	-,024	,780
2	-,017	-,037	,283	,673	-,463	,834
5	,479	,324	-,213	-,167	,684	,859
23	,587	,301	-,188	-,162	,602	,843
14	,537	,406	-,177	-,231	,583	,756
<b>Valores próprios</b>	3,147	2,718	2,289	2,124	1,727	
<b>% de variância explicada</b>	20,981	18,122	15,260	14,163	11,516	
<b>% cumulativa</b>	20,981	39,103	54,354	68,526	80,042	



**Tabela 4.** Análise fatorial em componentes principais com rotação varimax da Escala da Qualidade da Relação com a mãe.

FACTORES						
ITENS	1	2	3	4	5	COM
22	,841	,250	,182	-,012	-,079	,704
13	,814	,313	,191	-,062	-,055	,695
4	,775	,047	,294	-,071	-,002	,854
23	,249	,779	,359	-,176	-,228	,719
5	,323	,758	,327	-,185	-,186	,779
14	,327	,758	,296	-,215	-,249	,774
25	,225	,138	,831	-,060	-,069	,805
16	,165	,260	,802	,033	,011	,877
7	,325	,246	,725	-,131	-,097	,738
11	-,069	-,032	-,176	,840	,179	,809
20	-,067	-,146	,034	,819	,313	,796
2	-,020	-,297	,006	,726	,297	,810
17	-,063	-,019	-,049	,309	,841	,880
8	-,051	-,265	-,089	,235	,802	,768
26	-,032	-,404	-,023	,367	,640	,709
Valores próprios	2,445	2,410	2,381	2,331	2,149	
% de variância explicada	16,301	16,068	15,873	15,539	14,325	
% cumulativa	16,301	32,368	48,242	63,781	78,106	

**Tabela 5.** Percentagem de escolha de cada alternativa de resposta para os itens do Inventário de Separação Psicológica, Independência Funcional e Conflitual em relação ao pai.

Itens	NC	R	PV	AV	MV	S
28	51,1	25,4	12,1	8,4	2,5	,6
29	51,7	23,8	9,3	5,9	5,3	4
30	18	27,2	22,6	18,3	9,3	4,6
31	21,4	22,3	18,6	16,1	13,6	8
32	19,8	28,2	26,3	14,2	9,9	1,5
33	42,4	22,9	12,4	5	7,7	9,6
34	24,8	20,1	12,1	13,6	11,1	18,3
35	36,2	24,1	18,6	6,5	8,4	6,2
36	11,1	11,1	15,5	17	21,4	23,8
37	13,3	14,9	15,5	21,7	21,7	13
38	11,8	18	22,6	19,8	18,3	9,6
39	46,4	22,9	14,2	7,1	6,5	2,8
49	28,8	25,4	19,5	13,3	8,7	4,3
41	63,2	18,6	8,7	3,4	5	1,2
42	23,5	21,1	15,5	9,3	15,8	14,9

N= Nunca; R= Raramente; PV= Poucas vezes; AG= Algumas Vezes; MV= Muitas Vezes; S= Sempre

**Tabela 6.** Percentagem de escolha de cada alternativa de resposta para os itens do Inventário de Separação Psicológica, Independência Funcional e Conflitual em relação à mãe.

Itens	NC	R	PV	AV	MV	S
28	45,5	29,4	12,7	9,3	1,9	1,2
29	54,2	24,8	10,2	4	4,6	2,2
30	14,6	24,1	20,7	21,4	12,1	7,1
31	20,7	21,1	19,8	16,7	13,6	8
32	16,4	27,9	29,1	14,2	10,2	2,2
33	40,9	21,1	10,2	9,9	8,4	9,6
34	19,5	14,9	14,2	15,2	14,2	22
35	36,2	23,5	18,9	9,9	5,6	5,9
36	6,8	6,8	15,5	17,3	24,8	28,8
37	8	9,9	14,9	21,1	27,9	18,3
38	11,8	17,3	22,3	17,6	23,8	7,1
39	49,8	26,9	9,9	6,2	4,6	2,5
40	20,1	24,5	22,3	17	11,1	5
41	65	18,6	6,5	5	3,1	1,9
42	19,2	21,1	16,7	12,4	15,8	14,9

N= Nunca; R= Raramente; PV= Poucas vezes; AG= Algumas Vezes; MV= Muitas Vezes; S= Sempre

**Tabela 7.** Análise fatorial em componentes principais com rotação varimax do Inventário de Separação Psicológica: Independência Funcional e Conflitual em relação ao pai.

FACTORES			
ITENS	1	2	COM
37	,829	-,189	,306
36	,824	-,238	,502
30	,741	-,100	,559
34	,713	-,082	,452
32	,671	,109	,462
42	,540	,083	,439
40	,526	,312	,515
28	,453	,317	,510
41	-,062	,723	,736
39	-,142	,717	,723
35	,101	,707	,358
29	-,210	,676	,534
33	,090	,656	,374
31	,182	,647	,527
38	,010	,621	,298
Valores Próprios	3,768	3,555	
% de variância explicada	25,117	23,700	
% Cumulativa	25,117	48,818	

**Tabela 8.** Análise fatorial em componentes principais com rotação varimax do Inventário de Separação Psicológica, Independência Funcional e Conflitual em relação à mãe.

FACTORES			
ITENS	1	2	COM
33	,731	-,068	,272
35	,722	,102	,476
39	,703	-,071	,489
38	,694	,053	,449
41	,675	-,041	,443
29	,660	-,200	,539
31	,658	,127	,553
28	,402	,332	,532
36	-,182	,801	,674
37	-,176	,789	,654
34	-,040	,742	,484
30	-,047	,698	,500
32	,173	,643	,405
42	,047	,576	,458
40	,358	,526	,334
Valores Próprios	3,748	3,514	
% de variância explicada	24,985	23,428	
% Cumulativa	24,985	48,413	

**Tabela 9.** Percentagem de escolha de cada alternativa de resposta para os itens da Escala de Maturidade Filial relativa à compreensão.

Itens	DT	DM	DP	CP	CM	CT
2	2,8	1,5	5,3	18	32,8	39,6
8	13,6	17	18,9	23,2	16,7	10,5
13	8,4	7,7	17,3	30,3	21,1	15,2
15	20,1	19,2	24,5	16,7	10,2	9,3
17	9,3	13	12,1	32,8	17,6	15,2
18	5,6	10,2	14,2	33,4	22,3	14,2
22	2,8	3,1	8	18,9	30	37,2
27	3,7	3,4	9,3	29,1	31	23,5
30	9	12,4	14,6	29,1	19,8	15,2

DT= Discordo Totalmente; DM= Discordo Muito; DP= Discordo um Pouco; CP= Concordo um Pouco; CM= Concordo Muito; CT= Concordo Totalmente.

**Tabela 10.** Análise fatorial em componentes principais com rotação varimax dos itens da Escala de Maturidade Filial relativa à compreensão.

ITENS	FACTOR	
	1	COM
13	,800	,486
27	,761	,577
8	,760	,640
18	,747	,242
30	,703	,480
2	,697	,558
17	,693	,432
22	,657	,579
15	,492	,494
Valores próprios	4,488	
% de variância explicada	49,869	
% Cumulativa	49,869	

**Tabela 11.** Percentagem de escolha de cada alternativa de resposta para os itens da Escala de inter-relação multigeracional relativa à dependência financeira.

Itens	DT	DM	DP	CP	CM	CT
1	7,7	9,3	6,5	21,1	28,5	26,9
3	44,3	16,1	14,9	9	7,7	8
19	15,8	9,3	9	26,9	23,2	15,8
23	22,3	13,6	11,1	18,6	14,6	19,8
26	38,1	17,6	6,8	9	9,9	18,6
28	28,2	16,1	14,9	20,1	11,1	9,6

DT= Discordo Totalmente; DM= Discordo Muito; DP= Discordo um Pouco; CP= Concordo um Pouco; CM= Concordo Muito; CT= Concordo Totalmente.

**Tabela 12.** Análise fatorial em componentes principais com rotação varimax dos itens da Escala de inter-relação Multigeracional relativa à dependência financeira.

FACTOR		
ITENS	1	COM
23	,896	,345
26	,826	,315
28	,825	,802
3	,757	,682
1	,588	,681
19	,562	,573
Valores próprios	3,398	
% de variância explicada	56,638	
% Cumulativa	56,638	

**Tabela 13.** Percentagem de escolha de cada alternativa de resposta para os itens do Índice de Resolução de Identidade Adulta.

Itens	DT	DM	DP	CP	CM	CT
1	1,2	,6	5,9	17	37,5	37,8
2	1,5	2,5	6,8	21,7	36,8	30,7
3	1,2	1,5	4,6	22,9	39,6	30
4	1,9	2,8	9,9	28,8	38,1	18,6

DT= Discordo Totalmente; DM= Discordo Muito; DP= Discordo um Pouco; CP= Concordo um Pouco; CM= Concordo Muito; CT= Concordo Totalmente.

**Tabela 14.** Análise fatorial em componentes principais com rotação varimax dos itens do Índice de Resolução de Identidade Adulta.

FACTOR		
ITENS		COM
3	,892	,733
1	,856	,704
4	,844	,796
2	,839	,713
Valores próprios	2,946	
% de variância explicada	73,644	
% Cumulativa	73,644	



**Tabela 15:** Correlações entre as variáveis

		Correlations																
		Somatário ispaí funcional	Somatário NRI pai confitual	Somatário NRI pai apoio	Somatário NRI pai cuidado	Somatário NRI pai satisfação	Somatário NRI pai conflito	Somatário NRI pai críticoismo	Somatário NRI mãe apoio	Somatário NRI mãe cuidado	Somaário NRI mãe satisfação	Somatário NRI mãe conflito	Somatário NRI mãe críticoismo	Somatário Independênci a financeira	Somatário maturidade filial compreensão	Somatário ISPIAAE funcional	Somatário ISPMAE confitual	somatário estatuto Adult
Somatário ispaí funcional	Pearson Correlation	1	,008	,699 <sup>**</sup>	,487 <sup>**</sup>	,515 <sup>**</sup>	-,079	-,042	,396 <sup>**</sup>	,190 <sup>**</sup>	,178 <sup>**</sup>	,032	,002	,347 <sup>**</sup>	,426 <sup>**</sup>	,747 <sup>**</sup>	,087	-,118 <sup>*</sup>
	Sig. (2-tailed)		,887	,000	,000	,000	,156	,451	,000	,001	,001	,587	,969	,000	,000	,000	,120	,035
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatário NRI pai confitual	Pearson Correlation	,008	1	-,326 <sup>**</sup>	-,355 <sup>**</sup>	-,521 <sup>**</sup>	,449 <sup>**</sup>	,583 <sup>**</sup>	-,118 <sup>*</sup>	-,184 <sup>**</sup>	-,321 <sup>**</sup>	,294 <sup>**</sup>	,371 <sup>**</sup>	,155 <sup>**</sup>	-,260 <sup>**</sup>	,128 <sup>**</sup>	,749 <sup>**</sup>	-,193 <sup>*</sup>
	Sig. (2-tailed)	,887		,000	,000	,000	,000	,000	,034	,001	,000	,000	,000	,005	,000	,021	,000	,000
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatário NRI pai apoio	Pearson Correlation	,699 <sup>**</sup>	-,326 <sup>**</sup>	1	,622 <sup>**</sup>	,741 <sup>**</sup>	-,213 <sup>**</sup>	-,247 <sup>**</sup>	,622 <sup>**</sup>	,370 <sup>**</sup>	,424 <sup>**</sup>	-,065	-,123 <sup>*</sup>	,177 <sup>**</sup>	,586 <sup>**</sup>	,489 <sup>**</sup>	-,219 <sup>**</sup>	,098
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,243	,027	,001	,000	,000	,000	,077
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatário NRI pai cuidado	Pearson Correlation	,487 <sup>**</sup>	-,355 <sup>**</sup>	,622 <sup>**</sup>	1	,640 <sup>**</sup>	-,203 <sup>**</sup>	-,256 <sup>**</sup>	,342 <sup>**</sup>	,646 <sup>**</sup>	,314 <sup>**</sup>	-,108	-,147 <sup>**</sup>	,050	,467 <sup>**</sup>	,303 <sup>**</sup>	-,281 <sup>**</sup>	,135 <sup>*</sup>
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,051	,008	,367	,000	,000	,000	,015
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatário NRI pai satisfação	Pearson Correlation	,515 <sup>**</sup>	-,521 <sup>**</sup>	,741 <sup>**</sup>	,640 <sup>**</sup>	1	-,440 <sup>**</sup>	-,448 <sup>**</sup>	,300 <sup>**</sup>	,278 <sup>**</sup>	,494 <sup>**</sup>	-,181 <sup>**</sup>	-,283 <sup>**</sup>	,121 <sup>*</sup>	,459 <sup>**</sup>	,215 <sup>**</sup>	-,371 <sup>**</sup>	,148 <sup>*</sup>
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,001	,000	,030	,000	,000	,000	,008
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatário NRI pai conflito	Pearson Correlation	-,079	,449 <sup>**</sup>	-,213 <sup>**</sup>	-,203 <sup>**</sup>	-,440 <sup>**</sup>	1	,656 <sup>**</sup>	,085	,021	-,108	,379 <sup>**</sup>	,244 <sup>**</sup>	,093	-,106	,057	,217 <sup>**</sup>	-,088
	Sig. (2-tailed)	,156	,000	,000	,000	,000		,000	,128	,702	,052	,000	,000	,096	,058	,304	,000	,223
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatário NRI pai críticoismo	Pearson Correlation	-,042	,663 <sup>**</sup>	-,247 <sup>**</sup>	-,256 <sup>**</sup>	-,448 <sup>**</sup>	,656 <sup>**</sup>	1	-,039	-,085	-,241 <sup>**</sup>	,291 <sup>**</sup>	,566 <sup>**</sup>	-,031	-,185 <sup>*</sup>	,046	,372 <sup>**</sup>	-,059
	Sig. (2-tailed)	,451	,000	,000	,000	,000	,000		,479	,129	,000	,000	,000	,573	,001	,408	,000	,289
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatário NRI mãe apoio	Pearson Correlation	,396 <sup>**</sup>	-,118 <sup>*</sup>	,622 <sup>**</sup>	,342 <sup>**</sup>	,300 <sup>**</sup>	,085	-,039	1	,660 <sup>**</sup>	,627 <sup>**</sup>	-,190 <sup>**</sup>	-,217 <sup>**</sup>	,246 <sup>**</sup>	,605 <sup>**</sup>	,608 <sup>**</sup>	-,279 <sup>**</sup>	,154 <sup>*</sup>
	Sig. (2-tailed)	,000	,034	,000	,000	,000	,128	,479		,000	,000	,001	,000	,000	,000	,000	,000	,006
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323

Somatório NRI mãe cuidado	Pearson Correlation	,190 <sup>~</sup>	-,184 <sup>~</sup>	,370 <sup>~</sup>	,646 <sup>~</sup>	,276 <sup>~</sup>	,021	-,085	,560 <sup>~</sup>	1	,591 <sup>~</sup>	-,182 <sup>~</sup>	-,202 <sup>~</sup>	,076	,512 <sup>~</sup>	,389 <sup>~</sup>	-,361 <sup>~</sup>	,193 <sup>~</sup>
	Sig. (2-tailed)	,001	,001	,000	,000	,000	,702	,129	,000		,000	,001	,000	,171	,000	,000	,000	,001
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatório NRI mãe satisfação	Pearson Correlation	,178 <sup>~</sup>	-,321 <sup>~</sup>	,424 <sup>~</sup>	,314 <sup>~</sup>	,494 <sup>~</sup>	-,108	-,241 <sup>~</sup>	,627 <sup>~</sup>	,591 <sup>~</sup>	1	-,442 <sup>~</sup>	-,531 <sup>~</sup>	,219 <sup>~</sup>	,535 <sup>~</sup>	,384 <sup>~</sup>	-,553 <sup>~</sup>	,197 <sup>~</sup>
	Sig. (2-tailed)	,001	,000	,000	,000	,000	,052	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatório NRI Mãe conflito	Pearson Correlation	,032	,294 <sup>~</sup>	-,066	-,108	-,181 <sup>~</sup>	,379 <sup>~</sup>	,291 <sup>~</sup>	-,190 <sup>~</sup>	-,182 <sup>~</sup>	-,442 <sup>~</sup>	1	,854 <sup>~</sup>	,080	-,149 <sup>~</sup>	,001	,516 <sup>~</sup>	-,215 <sup>~</sup>
	Sig. (2-tailed)	,587	,000	,243	,051	,001	,000	,000	,001	,001	,000		,000	,153	,007	,979	,000	,000
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatório NRI mãe crítico	Pearson Correlation	,002	,371 <sup>~</sup>	-,123 <sup>~</sup>	-,147 <sup>~</sup>	-,283 <sup>~</sup>	,244 <sup>~</sup>	,565 <sup>~</sup>	-,217 <sup>~</sup>	-,202 <sup>~</sup>	-,531 <sup>~</sup>	,854 <sup>~</sup>	1	-,098	-,205 <sup>~</sup>	-,045	,608 <sup>~</sup>	-,119 <sup>~</sup>
	Sig. (2-tailed)	,989	,000	,027	,008	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,077	,000	,418	,000	,032
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatório independência financeira	Pearson Correlation	,347 <sup>~</sup>	,155 <sup>~</sup>	,177 <sup>~</sup>	,050	,121 <sup>~</sup>	,093	-,031	,246 <sup>~</sup>	,076	,219 <sup>~</sup>	,080	-,098	1	,184 <sup>~</sup>	,479 <sup>~</sup>	,085	-,320 <sup>~</sup>
	Sig. (2-tailed)	,000	,005	,001	,387	,030	,095	,573	,000	,171	,000	,153	,077		,001	,000	,129	,000
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatório maturidade filial compreensão	Pearson Correlation	,426 <sup>~</sup>	-,280 <sup>~</sup>	,588 <sup>~</sup>	,467 <sup>~</sup>	,459 <sup>~</sup>	-,108	-,185 <sup>~</sup>	,605 <sup>~</sup>	,512 <sup>~</sup>	,535 <sup>~</sup>	-,149 <sup>~</sup>	-,205 <sup>~</sup>	,184 <sup>~</sup>	1	,485 <sup>~</sup>	-,351 <sup>~</sup>	,289 <sup>~</sup>
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,058	,001	,000	,000	,000	,007	,000	,001		,000	,000	,000
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatório ISPMAE funcional	Pearson Correlation	,747 <sup>~</sup>	,128 <sup>~</sup>	,489 <sup>~</sup>	,303 <sup>~</sup>	,215 <sup>~</sup>	,057	,046	,608 <sup>~</sup>	,389 <sup>~</sup>	,384 <sup>~</sup>	,001	-,045	,479 <sup>~</sup>	,485 <sup>~</sup>	1	,051	-,137 <sup>~</sup>
	Sig. (2-tailed)	,000	,021	,000	,000	,000	,304	,408	,000	,000	,000	,979	,418	,000	,000		,383	,014
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatório ISPMAE confitual	Pearson Correlation	,087	,749 <sup>~</sup>	-,219 <sup>~</sup>	-,281 <sup>~</sup>	-,371 <sup>~</sup>	,217 <sup>~</sup>	,372 <sup>~</sup>	-,279 <sup>~</sup>	-,361 <sup>~</sup>	-,553 <sup>~</sup>	,516 <sup>~</sup>	,608 <sup>~</sup>	,085	-,351 <sup>~</sup>	,051	1	-,248 <sup>~</sup>
	Sig. (2-tailed)	,120	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,129	,000	,383		,000
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323
Somatório estatuto Adult	Pearson Correlation	-,118 <sup>~</sup>	-,193 <sup>~</sup>	,098	,135 <sup>~</sup>	,148 <sup>~</sup>	-,088	-,059	,154 <sup>~</sup>	,193 <sup>~</sup>	,197 <sup>~</sup>	-,215 <sup>~</sup>	-,119 <sup>~</sup>	-,320 <sup>~</sup>	,269 <sup>~</sup>	-,137 <sup>~</sup>	-,248 <sup>~</sup>	1
	Sig. (2-tailed)	,035	,000	,077	,015	,008	,223	,289	,006	,001	,000	,000	,032	,000	,000	,014	,000	
	N	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323	323

\*\*. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

\*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**Tabela 16:** Análise da regressão múltipla para a VD: *identidade adulta*.

Modelo	Preditores	R	R Square	Adjusted R Square	$\beta$	t	p	Tolerância	VIF (Variance Inflation Factor)
5	Estatuto ocupacional - estudante ou trabalhador	,540	,291	,280	,204	3,726	,000	,756	1,323
	Maturidade filial – compreensão				,336	6,127	,000	,757	1,321
	Independência financeira				-,233	-4,028	,000	,680	1,471
	Independência funcional-pai				-,163	-2,941	,004	,741	1,349
	Qualidade da relação com a mãe (conflito)				-,131	-2,692	,007	,957	1,045

**Tabela 17:** Análise da regressão múltipla para a VD: *maturidade filial – compreensão*.

Modelo	Preditores	R	R Square	Adjusted R Square	$\beta$	t	p	Tolerância	VIF (Variance Inflation Factor)
12	Qualidade da relação com a mãe (cuidado)	,751	,564	,552	,184	4,942	,000	,683	1,464
	Independência funcional – mãe				,295	5,737	,000	,534	1,872
	Resolução da identidade adulta				,196	4,554	,000	,766	1,306
	Independência conflitual – mãe				-,195	-4,576	,000	,775	1,290
	Qualidade da relação com o pai (apoio)				,277	6,047	,000	,671	1,490
	Nível socioeconômico				,107	2,796	,006	,958	1,044
	Estatuto ocupacional - estudante ou trabalhador				,117	2,637	,009	,712	1,405
	Independência financeira				,097	2,015	,045	,604	1,655